

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	8
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	11
INVESTIMENTOS	21
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	22
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	23
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	24
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	25
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
BALANÇO SOCIAL.....	32
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	33
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....	34
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. DAS CONCESSÕES	20
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	22
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	22
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	23
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	24
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	27
11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	27
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	27
13. INTANGÍVEL	30
14. FORNECEDORES	32
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	32
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	34
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	37
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	37
19. PROVISÕES.....	42
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	49
21. RECEITA.....	51
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	53
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	56
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	57
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	59
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	67
27. SEGUROS.....	69
28. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	69
29. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	70
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	70
31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	71
PARECER DO CONSELHO FISCAL	81
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES.....	82
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nossa mensagem do ano anterior nós destacávamos os desafios e dificuldades no ambiente macroeconômico, e para a Cemig D, em especial, ter que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Concluindo o ano de 2017, entendemos ter boas notícias aos nossos acionistas e à sociedade dos importantes avanços que foram obtidos na gestão da Cemig D.

Iniciando pela gestão da dívida, tínhamos aproximadamente R\$3,2 bilhões de dívidas com vencimento nos anos de 2017 e 2018. Conseguimos fazer o reperfilamento de R\$2,7 bilhões da nossa dívida que equilibraram o nosso fluxo de caixa, alongaram de forma significativa o prazo médio de nossas dívidas, além de aprimorar a nossa qualidade de crédito.

Continuamos na busca de melhoria da nossa eficiência operacional. Implementamos um novo programa de desligamento voluntário que teve a adesão, em 2017, de 925 empregados, que certamente terá efeitos positivos nos próximos anos na redução das despesas operacionais da Companhia. Merece também destaque a redução da inadimplência, resultado de nossas ações durante o ano. Essas iniciativas juntam-se a diversas outras que contribuirão para o esforço de redução dos custos operacionais da Companhia, que já vem apresentando resultados.

Apesar de termos apresentado prejuízo em 2017, de R\$117 milhões, este resultado representou uma redução em relação ao prejuízo verificado em 2016, de R\$324 milhões. Nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, cresceu 91,92%, de R\$433 milhões em 2016 para R\$831 milhões em 2017. Temos a convicção de que a melhoria da geração de caixa representa uma tendência para os próximos anos, como resultado de nossas ações presentes.

Nesse contexto de melhoria da nossa lucratividade, merece destaque a revisão tarifária da Cemig D, com conclusão em maio de 2018, com a inclusão em nossa remuneração dos investimentos que fizemos desde 2013 na concessão, em valores superiores a R\$5 bilhões. Esse reconhecimento nas tarifas dos nossos investimentos,

associado à redução das nossas perdas comerciais e custos operacionais, indicam um aumento significativo da geração de caixa da Cemig D a partir de 2018, marcando uma nova etapa na história da subsidiária.

Também não esquecemos da qualidade do atendimento aos nossos clientes. Continuamos no processo contínuo de melhoria dos nossos indicadores de qualidade, medidos pela duração e tempo médio de atendimento das interrupções (DEC - duração equivalente de interrupção por unidade consumidora e FEC - frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora), em conformidade às exigências regulatórias e com trajetória de melhoria nos últimos anos.

Além de todas as ações mencionadas que implementamos, que trazem uma agregação de valor para a Cemig D, as expectativas macroeconômicas de aumento do PIB em 2018 e redução nas taxas de juros tem um efeito positivo direto para a Empresa, que se traduz em redução da inadimplência, redução nos custos financeiros da dívida e melhoria no mercado de energia.

Continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. A Cemig, controladora da Cemig D, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual está presente desde 1999. A Cemig é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e tem posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de suas ações nesse sentido.

Concluindo, estamos otimistas com o futuro, que através da nossa capacidade de gestão, da competência e comprometimento de nossos colaboradores, construiremos uma história positiva para a Cemig D nos próximos anos, com o retorno adequado e sustentável dos investimentos.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig D como a melhor energia do Brasil.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

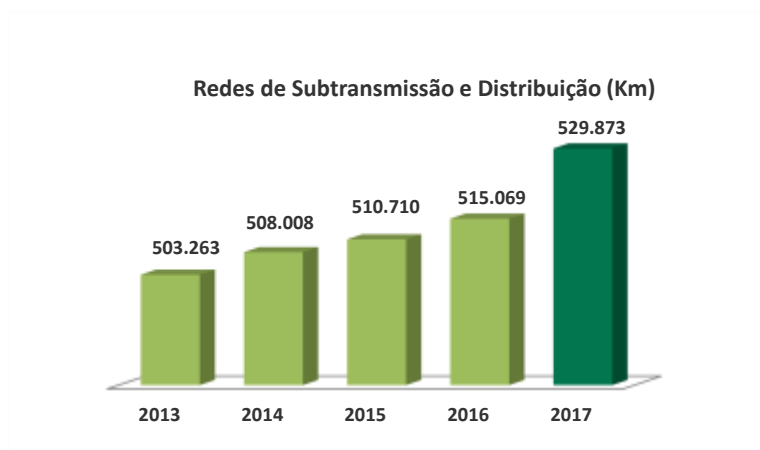
A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 529.873 km de redes de distribuição (107.099 km em área urbana e 405.473 km de redes rurais) e 17.301 km de linhas de distribuição, com 8.347 milhões de consumidores faturados em 2017.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em 2017 (6.765 milhões consumidores) 10% são consumidores de baixa renda.

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre a cada mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, há a revisão tarifária, no mesmo mês. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de price-cap.

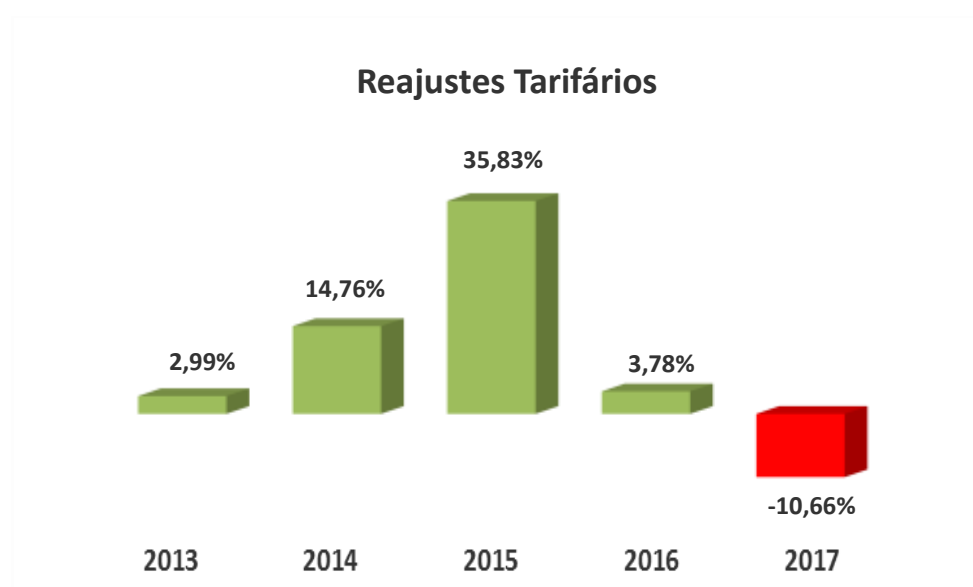
A Aneel homologou um índice médio de reajuste de -10,66% para vigorar a partir de 28 de maio de 2017, com vigência até 27 de maio de 2018.

A redução para o consumidor residencial foi de 5,67%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, a

redução média a ser percebida foi de 21,04%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de -5,82%.

Do valor cobrado na fatura, 21,3% ficam na Cemig Distribuição e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de parcela B. Os demais 78,7% são repassados para cobrir a compra da energia, encargos setoriais, encargos de transmissão, chamados de Parcela A, além dos tributos estaduais e federais.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig, mais de 689 mil consumidores são rurais e cerca de 724 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.



Gestão do faturamento

A implantação da leitura e impressão simultânea de conta de luz na Cemig vem atingindo resultados expressivos, sendo que 7,5 milhões de clientes já usufruem dos benefícios da leitura, impressão e entrega simultânea da conta de energia elétrica. Esse montante corresponde à totalidade dos objetivos do projeto, o qual foi desenvolvido e implantado entre junho de 2012 e dezembro de 2017.

A leitura e impressão simultânea produz reflexos diretos na satisfação dos clientes, sendo a evolução constatada nos resultados do atributo conta de energia elétrica do ISQP (índice de satisfação e qualidade percebida) 2017, onde alcançou resultado de destaque com um índice de 92,9% de satisfação.

O projeto de implantação da leitura e impressão simultânea das faturas de energia elétrica. Foi alcançada a marca de 140 mil clientes com o cadastro para receber a conta

de energia por e-mail, o que representa um aumento de 65% em relação ao ano de 2016. Essa importante iniciativa de sustentabilidade também teve efeito direto na satisfação dos clientes proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

Gestão da inadimplência e arrecadação

De forma a reduzir a inadimplência, motivada principalmente pela retração econômica, a empresa vem se utilizando de diversas ferramentas de comunicação e cobrança. Entre as medidas adotadas pela Companhia estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS e carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e principalmente o corte no fornecimento de energia.

Além destas diversas ferramentas de cobrança, em 2017 a Cemig lançou uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação e renegociação aos consumidores de baixa tensão, hospitais e poder público.

Como resultado do esforço da Companhia, as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa foram de R\$228 milhões em 2017 na comparação ao valor de R\$381 milhões em 2016, uma expressiva redução de 40,16%.

Com a intensificação nas ações em 2018, a Empresa está confiante na tendência de redução dos índices de inadimplência.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Observa-se uma melhoria contínua dos valores destes indicadores nos últimos anos, atendendo aos padrões estabelecidos pela ANEEL, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 145 agências e 633 postos de atendimento. Em 2017 foram registrados 8,8 milhões de contatos através deste canal.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter) e e-mail. O número de contatos registrados em 2017 foi de 11,1 milhões.

O Cemig torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2017 foram recebidas 2,1 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para smartphones e tablets, nas plataformas Android, IOS e Windows Phone, que registrou 5,2 milhões de contatos. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens) foram realizados 1,2 milhões de contatos.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A agência virtual da Cemig registrou em 2017 mais de 8,9 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve cerca de 37,4 milhões de atendimentos em 2017, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:

Satisfação do consumidor

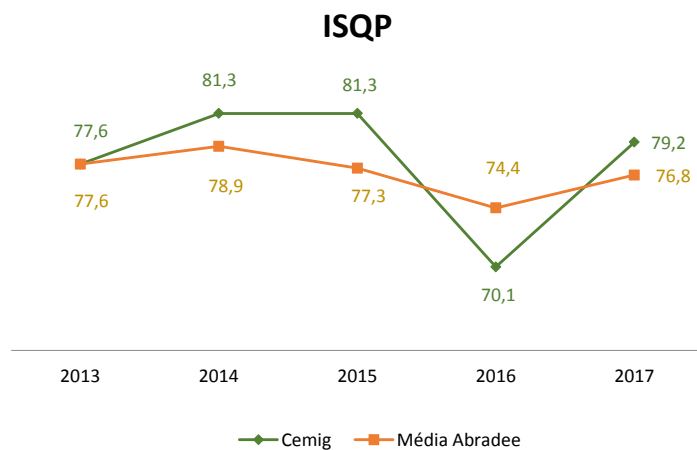
Em 2017 a Cemig D foi finalista do Prêmio IASC na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras. Com a nota de 65,75, a empresa avançou 2,67% na satisfação do cliente, posicionando-se acima da média Brasil Concessionárias (63,16) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (63,14).

Com este resultado, a Cemig D ocupou o terceiro lugar entre as 10 maiores distribuidoras de energia da região sudeste e subiu 11 posições no ranking IASC Brasil, que reuniu as 68 distribuidoras participantes da pesquisa Aneel 2017.

A melhoria da Cemig D em meio à retração observada na região sudeste sinaliza a assertividade das ações empreendidas para a melhoria deste indicador.



A Cemig D também se posicionou entre as 3 melhores distribuidoras de energia acima de 500 mil consumidores da região sudeste, no Índice de Satisfação pela Qualidade Percebida – ISQP, apurado através de pesquisa realizada pela Abradee, junto aos consumidores residenciais.



A Cemig D apresentou crescimento de 9,1 pontos (13%) neste índice, passando de 70,1 em 2016 para 79,2 em 2017. A evolução positiva no ISQP também foi observada no índice de aprovação do consumidor – IAC (crescimento de 18,7 pontos em relação a 2016) e no índice de satisfação geral - ISG (crescimento de 23,3 pontos em relação ao ano anterior).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

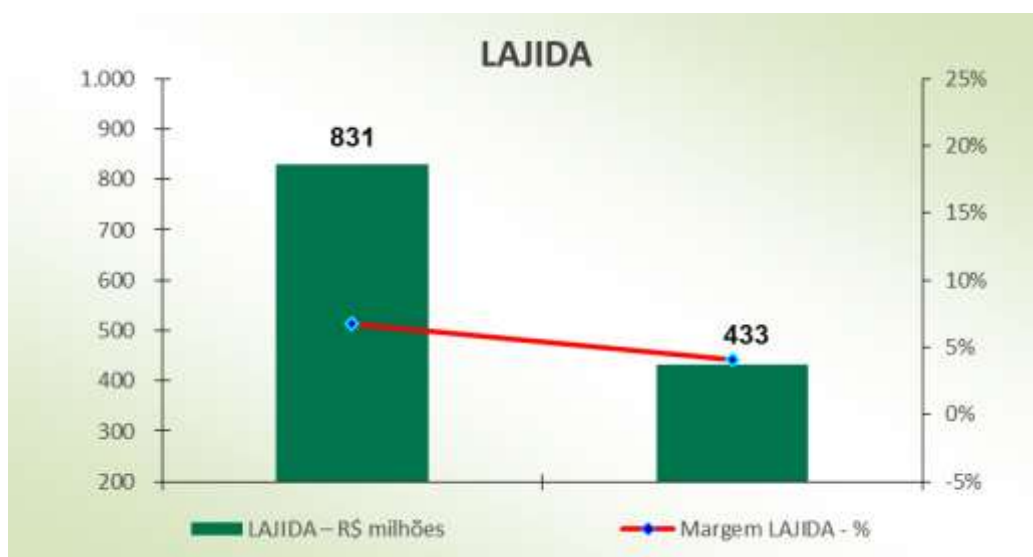
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2017, prejuízo de R\$117 milhões em comparação ao prejuízo de R\$324 milhões no exercício de 2016. As principais variações na comparação dos resultados de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2017	2016	Var %
Resultado do exercício	(117)	(324)	(63,89)
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	(31)	(103)	(69,90)
+ Resultado financeiro líquido	418	335	24,78
+ Amortização	561	525	6,86
= LAJIDA	831	433	91,92



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2017 em comparação a 2016 deve-se, principalmente, ao crescimento de 16,19% na receita operacional, compensado parcialmente pelo aumento de 12,98% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização;

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 4,09% em 2016 para 6,75% em 2017.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2017	2016
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	16.443	16.687
Receita de uso da rede – consumidores livres	1.643	1.741
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	988	(1.455)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.045	1.102
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	9	8
Outras receitas operacionais	1.362	1.134
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(9.177)	(8.620)
	12.313	10.597

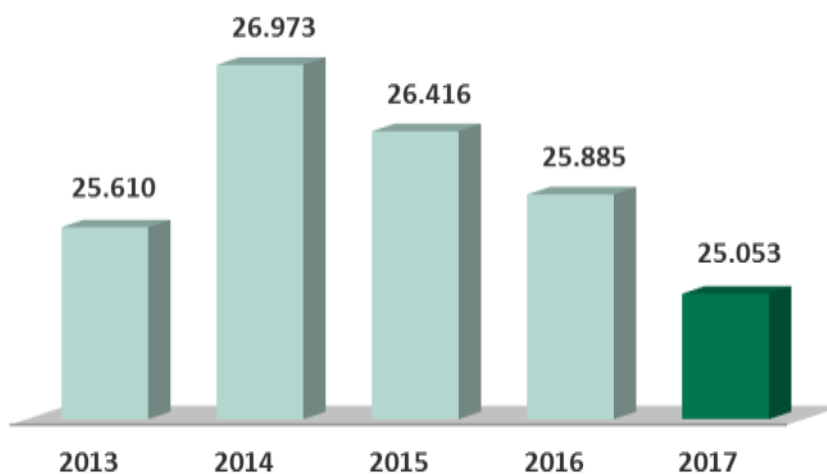
Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$16.443 milhões em 2017, em comparação a R\$16.687 milhões, no mesmo período de 2016, representando redução de 1,46%. Os principais impactos na receita em 2017 decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$454 milhões em 2017, em comparação a R\$360 milhões em 2016. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;
- redução de 3,24% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	2017	2016	Var %
Residencial	10.008.423	9.915.807	0,93
Industrial	2.610.534	3.194.872	(18,29)
Comércio, serviços e outros	5.252.799	5.711.647	(8,03)
Rural	3.647.812	3.574.724	2,04
Poder público	865.803	885.748	(2,25)
Iluminação pública	1.366.938	1.350.405	1,22
Serviço público	1.301.135	1.252.043	3,92
Total	25.053.444	25.885.246	(3,21)

Destaca-se a redução de 18,29% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial e 8,03% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial. Estas variações ocorreram, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2017, com impactos diretos no consumo de energia por esses segmentos.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 2,04% na classe de consumo rural decorrente, principalmente, da maior atividade de irrigação e agropecuária aliado ao crescimento da base de consumidores e crescimento de 3,92% na classe de serviço público em função da incorporação de unidades consumidoras e aumento no consumo de consumidores de média e alta tensão do ramo de atividade captação, tratamento e distribuição de água.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.643 milhões, comparada a R\$1.741 milhões em 2016, o que representou redução de 5,63%.

Os principais impactos na receita de uso da rede em 2017, comparado a 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao reajuste tarifário anual de 28 de maio de 2016, efeito integral em 2017;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016;
- redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicada à partir de 28 de maio de 2017.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$988 milhões em 2017, em comparação a uma redução da receita de R\$1.455 milhões em 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilão em 2017 (em 2016 ocorreu uma redução nos custos), em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um ativo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído pelos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.045 milhões em 2017, comparados a R\$1.102 milhões em 2016, redução de 5,17%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.177 milhões em 2017 comparados a R\$8.620 milhões em 2016 representando um aumento de 6,46% decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.750 milhões em 2017 comparados a R\$2.040 milhões em 2016. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve um crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$454 milhões em 2017, em comparação a R\$360 milhões em 2016, em função da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

ICMS

A despesa com ICMS foi de R\$4.951 milhões em 2017 comparados a R\$4.409 milhões em 2016. Essa variação decorre principalmente da adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do ICMS, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado de 2017 sendo R\$532 milhões registrados como deduções à receita, R\$31 milhões registrados como despesa financeira e R\$1 milhão registrado como despesa operacional.

Mais informações na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$12.043 milhões em 2017, comparados a R\$10.688 milhões em 2016, representando um crescimento de 12,68%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.123 milhões em 2017 comparados a R\$1.147 milhões em 2016, representando uma redução de 2,09%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2017);
- reconhecimento das despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, nos montantes de R\$157 milhões em 2017 e R\$64 milhões em 2016;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 15,30% no número médio de empregados, sendo 4.854 em 2017 em comparação a 5.731 em 2016.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$6.783 milhões em 2017 comparados a R\$5.260 milhões em 2016, um crescimento de 28,95%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 38,86% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.591 milhões no exercício de 2017, comparados a R\$2.586 milhões no exercício de 2016, decorrente, principalmente, do acionamento das usinas termelétricas em 2017 em função do baixo do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com o consequente aumento dos gastos com combustível dessas usinas;
- aumento de 8,65% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$1.243 milhões no exercício de 2017, comparados a R\$1.144 milhões no exercício de 2016. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da tarifa, que era de U\$25,78/kW/mês em 2016 e passou para U\$28,73/kW/mês, a partir de janeiro de 2017;
- aumento de 88,53% na despesa com energia de curto prazo, que foi R\$1.282 milhões em 2017 comparado a R\$680 milhões em 2016, decorrente, basicamente, da variação do valor médio do PLD - Preço de liquidação por diferenças (R\$94,16/MWh em 2016 e R\$324,17/MWh em 2017).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é

compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.002 milhões em 2017 comparados a R\$760 milhões em 2016, representando um crescimento de 31,84%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$469 milhões em 2017 comparados a R\$544 milhões em 2016.

Destaca-se a redução das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$228 milhões em 2017 em comparação a R\$381 milhões em 2016, principalmente em função das ações em 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

Em contrapartida, com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$175 milhões em 2017 em comparação a R\$92 milhões em 2016. O aumento no montante provisionado decorre, principalmente, das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Mais informações na nota explicativa nº 19.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma reversão de despesa no montante de R\$180 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$231 milhões em 2016.

Este resultado decorre das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$447.965 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2017 foi uma despesa financeira líquida de R\$418 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$335 milhões em 2016. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 25,22% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$516 milhões em 2017 comparados a R\$690 milhões em 2016. Este resultado decorre, principalmente da menor variação do CDI, que foi de 9,93% em 2017 em comparação a 14,06% em 2016;
- redução do resultado líquido de variações cambiais sendo receita líquida de R\$4 milhões em 2017 comparado à receita líquida de R\$25 milhões em 2016. Este resultado decorre, substancialmente, da variação do dólar (valorização de 1,5% em 2017 e desvalorização de 16,54% em 2016);
- redução de 57,65% nas despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos sendo R\$72 milhões em 2017 comparados a R\$170 milhões em 2016. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (2,95% em 2017 em comparação a 6,29% em 2016);
- aumento da despesa de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo despesa líquida de R\$41 milhões em 2017 comparados a receita líquida de R\$204 milhões em 2016. O resultado apurado em 2016 foi impactado pelos efeitos do ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL, ocorrida em maio de 2016.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 23 destas demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, em 2017, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$31 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$148 milhões. Em 2016, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$103 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$427 milhões. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9b destas demonstrações financeiras.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$521 milhões, em comparação a R\$426 milhões em 31 de dezembro de 2016, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2017 e 2016 totalizou R\$116 milhões e R\$1.426 milhões, respectivamente. A redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2017, em comparação a 2016, deve-se, principalmente, ao aumento na saída de caixa em 2017 para cobrir os custos não gerenciáveis da parcela A, considerando a maior despesa com energia elétrica verificada em 2017 em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios com consequente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas resultando na elevação do preço da energia. Adicionalmente, ocorreram saídas de recursos no montante de R\$282 milhões para amortização de parcelas do plano de regularização fiscal implementado pelo Governo Estadual.

Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2017 e 2016 totalizou, respectivamente, R\$944 milhões e R\$1.018 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2017, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, do resgate de recursos aplicados em títulos e valores mobiliários em 2017 na comparação às aplicações de recursos em 2016.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$924 milhões, decorrente do recebimento de R\$1.500 milhões a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, parcialmente compensados pela amortização de R\$566 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$301 milhões, decorrente da amortização de R\$2.873 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$87 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$2.250 milhões de empréstimos e financiamentos.

Política de captação de recursos e gestão da dívida

O histórico do endividamento da Cemig D é como segue:

Empresa	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Cemig D	3.511.222	4.609.630	5.247.919	6.048.250	7.020.042	6.198.251	5.682.691

A empresa se manteve no firme propósito de alongar a dívida, cujos vencimentos se concentravam fortemente no curto prazo, refletindo o difícil acesso a fontes de recursos de mais longo prazo. O esforço de redução do serviço da dívida no curto prazo era fundamental para o equilíbrio do fluxo de caixa da Cemig D.

A Cemig D realizou ao longo do ano uma negociação construtiva com seus principais bancos credores, visando à substituição de dívidas que venciam a partir de 2017 por novas dívidas com amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de julho de 2019. Ao final de dezembro, foi concluído o reperfilamento de suas dívidas, através de uma emissão de debêntures da Cemig D, no valor de R\$1.575 milhões e de aditivos a operações de crédito da Cemig D (R\$500 milhões com o Banco do Brasil e R\$625 milhões com a Caixa Econômica Federal), no valor total de, aproximadamente, R\$2,7 bilhões. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada à venda de ativos da Cemig GT e da Companhia.

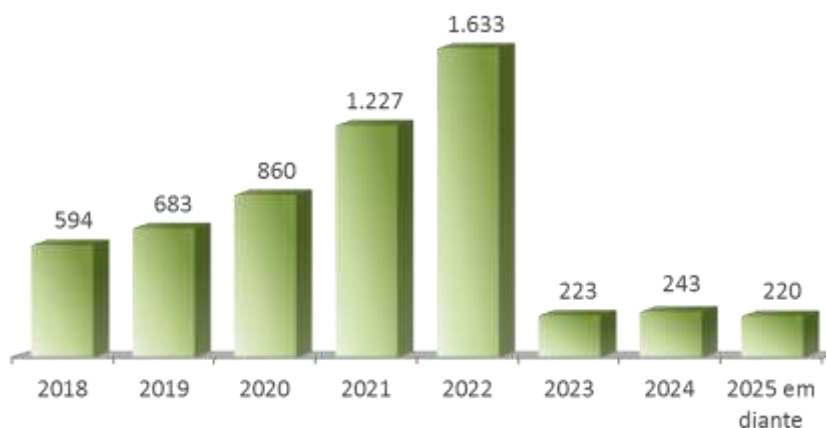
Tanto as debêntures e os aditivos às operações bilaterais de empréstimo, todos objeto do reperfilamento da dívida, contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desalavancagem e eficiência operacional assegurarão o cumprimento desses covenants financeiros.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras.

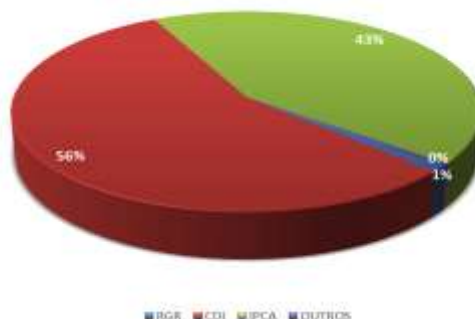
Com o reperfilamento mencionado, a Companhia equilibrou o seu fluxo de caixa, mais que dobrou o prazo médio de suas dívidas e aprimorou a sua qualidade de crédito.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Posicionamento em Dezembro/2017 (R\$ milhões)



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias através de papéis referenciados à taxa de juros local, bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira.



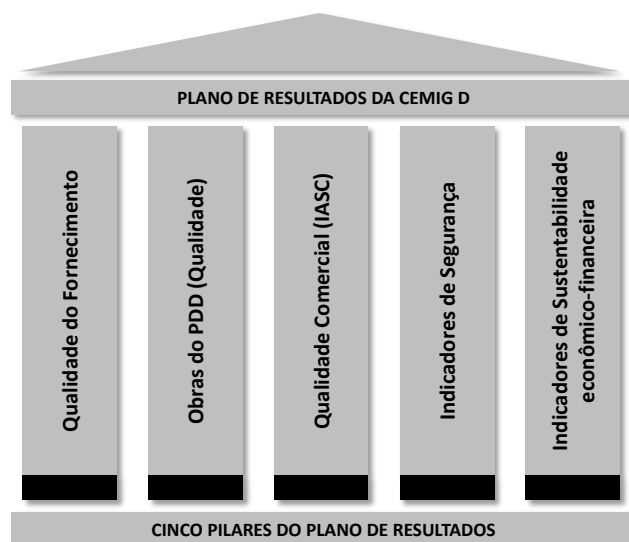
No ano de 2017, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de *rating* da Cemig D com base em suas percepções sobre o andamento dos planos de desinvestimentos e de reperfilamento da dívida. Questões como a significativa concentração de vencimentos de dívida para o fim de 2017, a retração da demanda por eletricidade em virtude da recessão no Brasil e o término de algumas de suas concessões de geração, foram apontados como motivadores para certos rebaixamentos. Por outro lado, a diversificada e relevante base de ativos e investimentos, como forma de diluir o risco de negócios, bem como a posição de mercado ainda sólida foram vistos como mitigadores do risco.

Em maio, manteve o rating BBB(bra) em escala nacional para a Cemig D, a Fitch, pela primeira vez, atribuiu o rating em escala global (B+) para a Companhia. Já a Moody's rebaixou, em junho, o rating da Companhia de Baa1.br para Ba1.br na classificação nacional e de B1 para B2 na classificação global, e, em outubro, rebaixou, novamente, o rating de Ba1.br para B2.br na classificação nacional e de B2 para B3 na classificação global.

A Companhia espera uma melhoria nos ratings da Companhia em 2018 em função das ações realizadas em 2017 para melhoria do perfil do endividamento.

INVESTIMENTOS

Diversas ações estão em curso para garantir a adequação da Cemig D à cobertura regulatória. A Cemig Distribuição elaborou seu Plano de Resultados, tendo apresentado o documento à ANEEL, por meio do qual se compromete a buscar a melhoria da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, especialmente quanto à observação da regulamentação setorial. O Plano de Resultados está sustentado em cinco pilares conforme segue:



Plano de desenvolvimento da distribuição – PDD

Investimentos no sistema elétrico:

Os investimentos realizados no sistema elétrico da Cemig D, no ciclo tarifário 2013-2017, corresponderam a um montante da ordem de R\$5,1 bilhões. Em 2017, os investimentos realizados foram de R\$983 milhões, sendo R\$261 milhões no sistema de distribuição de alta tensão, R\$707 milhões no sistema de distribuição de média e baixa tensão e R\$15 milhões em outros projetos.

Dos investimentos em alta tensão, foram construídas e/ou ampliadas 29 subestações e construídos, 3.728 km e 320 km de linhas de distribuição de média e alta tensão, respectivamente.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2017, foram realizadas 32 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2017 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Procedemos, em 2017, à troca dos nossos auditores. No exercício de 2016 nossos auditores foram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que permaneceram até o final da auditoria das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2017, arquivadas na CVM em 15 de maio de 2017. A partir das informações intermediárias de junho de 2017, nossos auditores passaram a ser a Ernst & Young Auditores Independentes S.S que são responsáveis pela auditoria de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2017	% em relação à auditoria	2016	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de demonstrações financeiras	868	100	450	100
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL	45	5,18	17	4
Total	913	105,18	467	104

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2017, as áreas responsáveis pela Gestão de Riscos Corporativos e por Compliance foram reorganizadas na Companhia e, junto com a área responsável pelo Planejamento Estratégico, hoje se subordinam à Superintendência de Planejamento e Gestão da Estratégia, Riscos e Compliance, ligadas diretamente à Presidência da Empresa.

A superintendência coordena o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos e é responsável por desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar.

O Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos contribui para a gestão de riscos na medida em que recomenda diretrizes e procedimentos a serem adotados no processo de monitoramento de riscos corporativos, monitora continuamente o cenário em que a empresa está inserida e a matriz de riscos corporativos da empresa, recomendando ações de tratamento; e ainda acompanha a estrutura de controles internos e ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos estratégicos da Cemig.

Destaca-se, em 2017, a aprovação, pelo Conselho de Administração, da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos e da matriz de riscos da Companhia, abrangendo os negócios holding, distribuição, geração, transmissão e comercialização.

Política Antifraude

Em 2017, a Companhia revisou a Política Antifraude, explicitando a vedação de realizar doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à CEMIG e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, de 30 de setembro de 1997, “Lei das Eleições”.

A Companhia dispõe também de canal de denúncias anônimas, ouvidoria e comissão de ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e após a concluídas são disponibilizadas aos denunciantes.

O canal de denúncias da Cemig preserva 100% do anonimato dos denunciantes. Por meio dele, podem ser reportadas situações consideradas de caráter discriminatório.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig D um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig D utiliza como uma de suas ferramentas a gestão estratégica em tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do programa de pesquisa e desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Programa de pesquisa & desenvolvimento

Nos últimos 3 anos a Cemig Distribuição investiu mais de 24,8 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2017, foram executados mais de 30 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 2,5 milhões de reais.

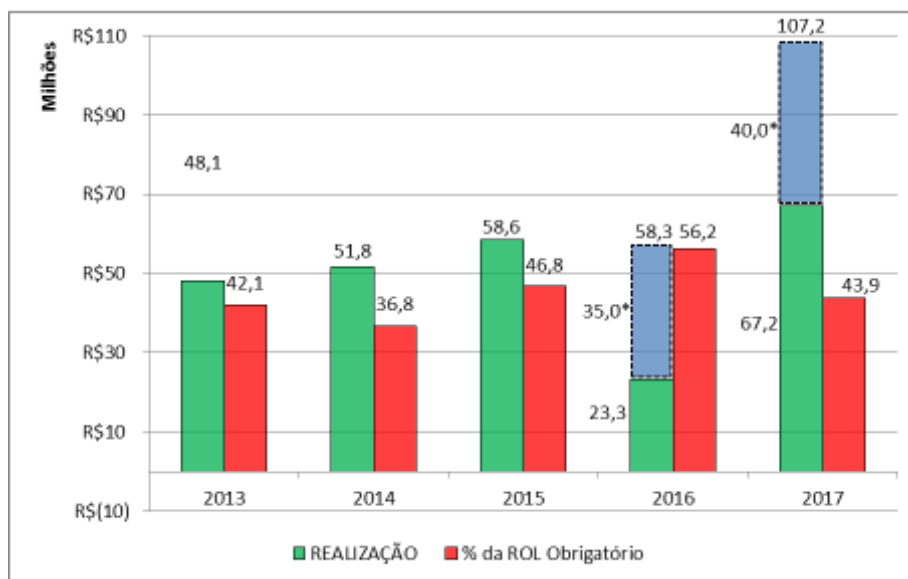
Destacam-se os projetos:

- Prospecção tecnológica para o setor elétrico;
- Arranjos técnicos e comerciais para o desenvolvimento do biogás na matriz energética brasileira;
- Desenvolvimento de tecnologias associadas: cogeração no setor cimenteiro, tecnologias de gaseificação aplicável a resíduos; tecnologia PVT (painel fotovoltaico térmico);
- Metodologias para: mapeamento de energia da biomassa em Minas Gerais (Atlas de Biomassa), previsão de ventos, modelagem de planejamento energético e gestão da informação;
- Tecnologia de realidade virtual aplicada ao setor elétrico.

Programa de eficiência energética

A Cemig, por meio do programa de eficiência energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,4% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.



**Foram disponibilizados R\$ 35 milhões na chamada pública de projetos 2016, elevando o valor total disponibilizado para projetos de eficiência energética para R\$ 59,5 milhões.*

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cemig possui a política de comunicação com a comunidade e o plano de comunicação da empresa que juntos integram o conjunto de estratégias de comunicação adotadas pela Companhia no relacionamento com as comunidades, direcionando o diagnóstico socioambiental, elaborado para cada projeto ou programa.

Em todas as interações da empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2017 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósito bancário. Os padrinhos que se inscrevem no programa podem escolher quais instituições cadastradas beneficiar e o valor a ser arrecadado na conta de luz. Em 2017 o número de instituições cadastradas chegou a 387 sendo que, deste universo, 207 entidades arrecadaram mensalmente, resultando R\$ 60,83 milhões em doações no ano.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha 2017/2018 do AI6% envolveu a participação de 1.197 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$ 620 mil, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 167 instituições.

A Cemig D também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela empresa foi de R\$ 170 mil. No total, foram destinados R\$ 790 mil para entidades distribuídas em 94 municípios da área de atuação da Companhia.

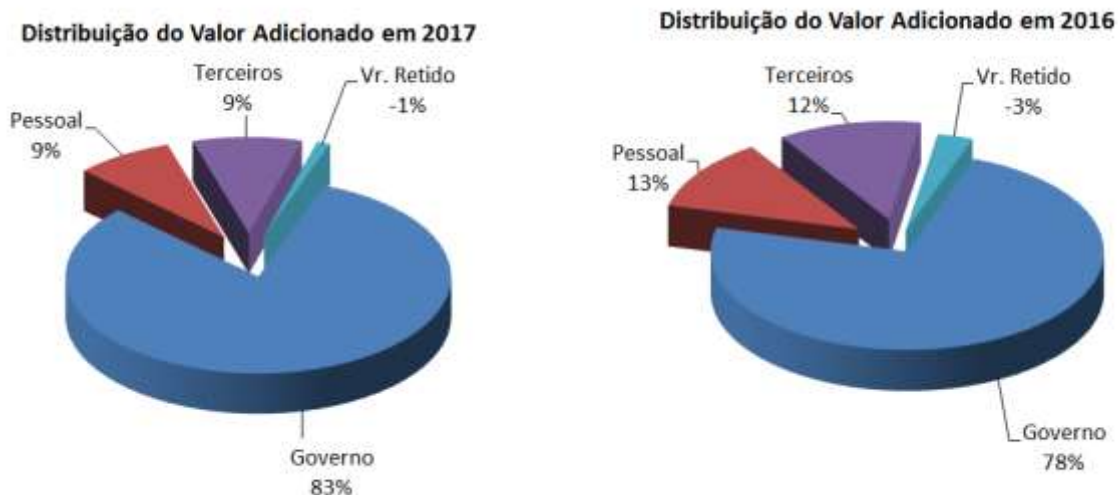
Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2017 foi superior a R\$ 69 milhões, com uma economia de energia de 24.931 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 9.507 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R\$ 15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, 100 foram concluídos e 90 encontram-se em execução. Foram investidos R\$ 6 milhões em 2017.

Valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$10.198 milhões de valor adicionado em 2017 em comparação a R\$10.346 milhões em 2016.

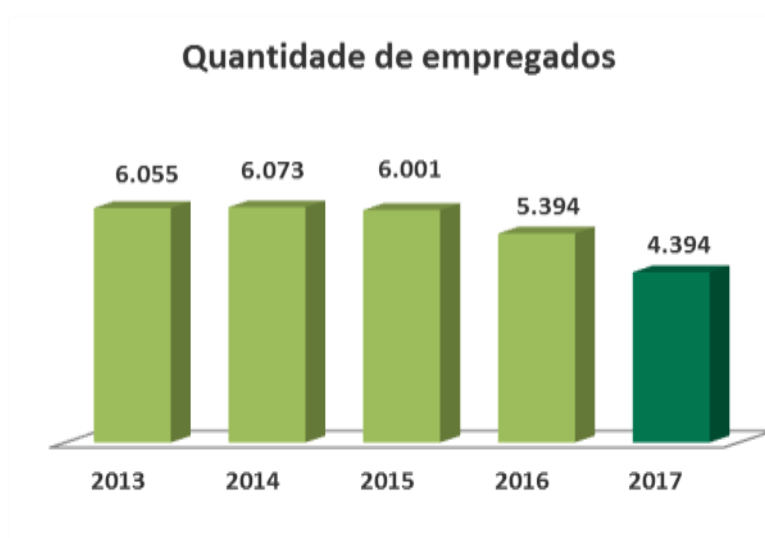


Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

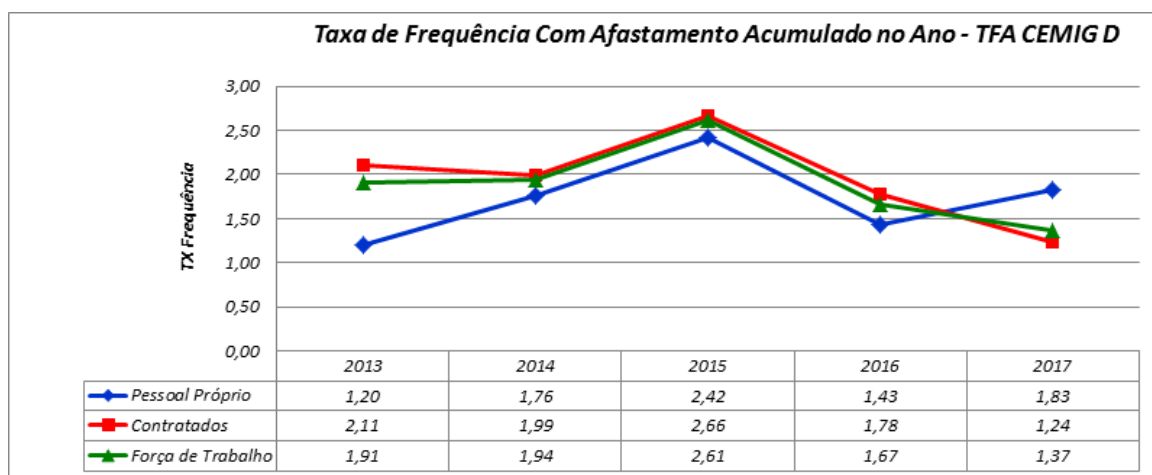
Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig D segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Em 2016 e em 2017 foram lançados programas de desligamento voluntário programado – PDVP 2016 e PDVP 2017 com o total de 925 desligamentos ocorridos em 2017. A Cemig D vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.055 empregados em 2013 para 4.394 em 2017, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em decorrência das diversas ações e programas da Companhia voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, os indicadores de acidentes apresentaram uma redução significativa nos últimos anos. Em 2017, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA, relativa à força de trabalho, fechou em 1,37 acidentes por 1 milhão de horas trabalhadas, 17,96% menor que em 2016, ficando 31,5% abaixo do limite de 2,00, estabelecido pela empresa.

Essa redução se deveu aos bons resultados obtidos com a mão de obra contratada, cuja TFA reduziu 30,34% em 2017 comparados a 2016.



UniverCemig

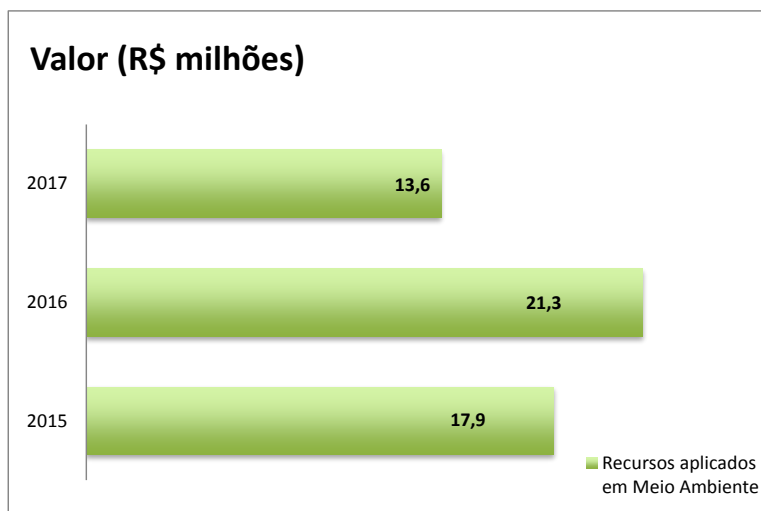
Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

A UniverCemig realizou, em 2017, 209.926 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig, com 10.788 participações e contabilizou 35,52 horas de treinamento por empregado. Para empregados de outras empresas foram 3.260 participações e 91.658 homens-hora de treinamento.

Por fim, o ano de 2017 ficará marcado na história da UniverCemig com a comemoração do 50º aniversário, comemorado no dia 22 de maio.

Meio ambiente

Em 2017, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$ 13,6 milhões.



Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos, o atendimento aos órgãos ambientais competentes e à legislação aplicável.

A Cemig Distribuição tem 68,66% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 31,34% em processo de licenciamento. A Companhia tem alcançado a meta de 100% de atendimento ao prazo estipulado para obtenção das licenças ambientais.

Gestão de resíduos

Os materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos, fios e outros são enviados ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig - SGA Nível 1.

Em 2017 foram destinadas 39,6 mil toneladas de resíduos, sendo que 39,2 mil toneladas foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 400 toneladas foram coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial. Ressalta-se que os resíduos destinados em 2017 não foram necessariamente gerados em 2017. Isto se deve ao armazenamento temporário onde os resíduos são caracterizados, segregados, acondicionados e identificados, e posteriormente recebem a destinação adequada.

Em relação a 2016, verifica-se uma diminuição de 13,4% na destinação de resíduos, sendo postes, transformadores de distribuição, cabos e fios os itens que mais contribuíram para esta variação. A venda destes resíduos gerou uma receita de R\$ 10,7

milhões e um custo evitado R\$200 mil obtido com a regeneração de óleo mineral isolante; nesse processo o óleo tratado é novamente reutilizado nos equipamentos elétricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1) Base de Cálculo	2017			2016		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	12.312.331			10.596.503		
Resultado Operacional (RO)	269.724			(91.852)		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.123.026			949.414		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	68.449	6,10	0,56	74.601	7,86	0,70
Encargos sociais compulsórios	238.719	21,26	1,94	253.965	26,75	2,40
Previdência privada	56.970	5,07	0,46	67.538	7,11	0,64
Saúde	39.586	3,52	0,32	43.978	4,63	0,42
Segurança e medicina no trabalho	18.759	1,67	0,15	20.456	2,15	0,19
Educação	13	0,00	0,00	67	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	12.678	1,13	0,10	15.337	1,62	0,14
Creches ou auxílio-creche	2.519	0,22	0,02	2.369	0,25	0,02
Participação nos lucros ou resultados	2.657	0,24	0,02	9.790	1,03	0,09
Outros	11.105	0,99	0,09	10.682	1,13	0,10
Total - Indicadores Sociais Internos	451.454	40,20	3,67	498.783	52,54	4,70
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	1.112	0,41	0,01	2.276	-	0,02
Cultura	11.353	4,21	0,09	7.755	-	0,07
Esporte	2.484	0,92	0,02	972	-	0,01
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	791	0,29	0,01	1.900	-	0,02
Total das Contribuições para a Sociedade	15.740	5,83	0,13	12.903	-	0,12
Tributos (excluídos encargos sociais)	8.538.835	3.165,77	69,35	8.064.057	-	76,10
Total - Indicadores Sociais Externos	8.554.575	3.171,60	69,48	8.076.960	-	76,22
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	15.211	5,64	0,12	15.296	-	0,14
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	15.211	5,64	0,12	15.296	-	0,14
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício			4.394			5.394
Nº de admissões durante o exercício			5			20
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			206			140
Nº de estagiários (as)			129			157
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			735			865
- 2º Grau			3.532			4.489
- 1º Grau			127			40
- Até 1º Grau incompleto			-			-
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.364			2.954
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			550			690
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			9,68			9
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			226			274
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			-			-
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			60			162
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2017			Metas 2018	
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia		27,26			NÃO HÁ META	
Número total de acidentes de trabalho (empregados próprios)		137			-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2017: 10.197.772			Em 2016: 10.346.450		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	83,38% governo 0% acionistas	8,40% colaboradores 9,37% terceiros (1,15) retidos		77,94% governo 0% acionistas	12,66% colaboradores (as) 12,53% terceiros (3,13)% retido	
7) Outras Informações		2017			2016	
Investimentos em questões ambientais		R\$13,6 milhões			R\$20,8 milhões	
Resíduos e materiais inservíveis		39,6 mil toneladas			45 mil toneladas	
Receita com as vendas dos resíduos		R\$10,7 milhões			R\$10,9 milhões	

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2017	2016
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	8.347	8.259
Número de empregados	4.394	5.394
Número de consumidores por empregado	1.900	1.531
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.480	1.482
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	783,53	788,56
Comercial	716,97	724,36
Industrial	574,63	567,53
Rural	446,54	409,39
DEC (horas)	10,83	11,73
FEC (número de interrupções)	5,44	5,64
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	54,15	59,00
Operacionais		
Número de subestações	404	393
Linhas de distribuição (Km)	17.301	16.442
Redes de distribuição (Km)		
Urbana	107.099	102.301
Rural	405.473	396.326
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$milhões	12.312	10.597
Margem operacional - %	2,19	(0,87)
LAJIDA ou EBITDA - R\$milhões	831	433
Resultado do exercício - R\$milhões	(117)	(324)
Resultado do exercício por lote de 1000 ações R\$	(49,73)	(137)
Patrimônio líquido - R\$ milhões	3.737	2.500
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.584	1.060
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	(3,14)	(12,02)
Endividamento do patrimônio líquido - %	372,20	516,77
Liquidez corrente	1,02	1,01
Liquidez geral	0,60	0,54

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Geber Soares de Oliveira
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Agostinho Faria Cardoso
Antônio Dirceu Araújo Xavier	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães Júnior	Wieland Silberschneider
Marco Antonio de Rezende Teixeira	Antonio Carlos de Andrada Tovar
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Otávio Silva Camargo
Marcelo Gasparino da Silva	Aloísio Macário Ferreira de Souza
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	Vago
Carlos Eduardo Lessa Brandão	Vago
Daniel Alves Ferreira	Manoel Eduardo Lima Lopes
Arlindo Magno de Oliveira	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Hermes Jorge Chipp	Alexandre Silva Macedo

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Arthur Maia Amaral	Marco Antônio Badaró Bianchini
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve
Manuel Jeremias Leite Caldas	Ronaldo Dias
Vago	Rodrigo de Mesquita Pereira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente Interina e Cumulativamente
Daniel Faria Costa	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretora de Relações e Recursos Humanos
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor de Distribuição e Comercialização
Dimas Costa	Diretor Comercial
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretoria Sem Denominação Específica
Thiago de Azevedo Camargo	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Luciano de Araújo Ferraz	Diretor Jurídico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	520.887	426.074
Títulos e valores mobiliários	6	302.298	327.680
Consumidores e revendedores	7	2.686.274	2.414.864
Concessionários – transporte de energia	7	124.951	150.289
Tributos compensáveis	8	106.008	154.990
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	174.694	308.520
Estoques		29.164	39.799
Contribuição de iluminação pública		148.827	148.646
Reembolso subsídios tarifários	11	73.345	63.751
Subvenção baixa renda		26.660	36.261
Ativos financeiros da concessão	12	158.525	397.725
Outros créditos com a Eletrobrás		-	90.065
Outros		147.915	296.246
Total do circulante		4.499.548	4.854.910
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	8.293	14.678
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	1.106.081	1.002.236
Tributos compensáveis	8	181.556	122.855
Depósitos vinculados a litígios	10	1.650.412	1.071.535
Consumidores e revendedores	7	172.080	57.829
Concessionários - transporte de energia	7	71.676	76.687
Outros créditos		41.249	37.343
Ativos financeiros da concessão	12	580.247	216.107
Intangíveis	13	9.336.486	8.977.637
Total do não circulante		13.148.080	11.576.907
Ativo total		17.647.628	16.431.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	27.716	319.472
Debêntures	16	566.071	1.190.069
Fornecedores	14	1.655.382	1.049.363
Impostos, taxas e contribuições	15	523.914	537.856
Salários e encargos sociais		134.475	149.928
Encargos regulatórios	17	358.760	308.049
Participação dos empregados e administradores no resultado		3.175	10.170
Obrigações pós-emprego	18	166.525	142.347
Contribuição de iluminação pública		274.726	273.668
Passivos financeiros da concessão	12	414.800	481.835
Outros		267.300	356.468
Total do circulante		4.392.844	4.819.225
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	1.166.935	1.192.048
Debêntures	16	3.921.969	3.496.662
Provisões	19	480.977	347.514
Obrigações pós-emprego	18	2.655.628	2.795.139
Impostos, taxas e contribuições	15	23.146	614.569
Encargos regulatórios	17	160.703	321.033
Passivos financeiros da concessão	12	-	323.140
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	15	1.087.230	-
Outros		20.886	22.620
Total do não circulante		9.517.474	9.112.725
Total do passivo		13.910.318	13.931.950
Patrimônio líquido			
	20		
Capital social		2.771.998	2.361.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.500.000	410.000
Reservas de lucros		392.497	509.810
Ajustes de avaliação patrimonial		(927.185)	(781.941)
Total do patrimônio líquido		3.737.310	2.499.867
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.647.628	16.431.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2017	2016
Receita	21	12.312.331	10.596.503
Custos operacionais	22		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(6.782.988)	(5.260.411)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.002.452)	(759.929)
		(7.785.440)	(6.020.340)
Custos			
Pessoal e administradores		(874.194)	(917.935)
Materiais		(28.927)	(27.261)
Serviços de terceiros		(657.451)	(593.103)
Amortização		(506.913)	(498.765)
Provisões operacionais, líquidas		(217.323)	(128.178)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(1.044.682)	(1.101.966)
Outros		(42.699)	(40.208)
		(3.372.189)	(3.307.416)
Custo total		(11.157.629)	(9.327.756)
Lucro bruto		1.154.702	1.268.747
Despesa operacional	22		
Despesas com vendas		(228.428)	(380.966)
Despesas gerais e administrativas		(527.423)	(504.835)
Outras despesas operacionais		(129.127)	(474.798)
		(884.978)	(1.360.599)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		269.724	(91.852)
Receitas financeiras	23	397.277	742.973
Despesas financeiras	23	(815.025)	(1.077.900)
Resultado antes dos impostos		(148.024)	(426.779)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	1.689	4.907
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	29.022	97.922
Resultado do exercício		(117.313)	(323.950)
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	20	(0,0497)	(0,137)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	(117.313)	(323.950)
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	(145.244)	(379.834)
Resultado abrangente do exercício	<u>(262.557)</u>	<u>(703.784)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	-	735.957	(402.107)	-	2.695.848
Resultado do exercício	-	-	-	-	(323.950)	(323.950)
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(379.834)	-	(379.834)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(379.834)	(323.950)	(703.784)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(323.950)	-	323.950	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	410.000	-	-	-	410.000
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	-	97.803	-	-	97.803
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.361.998	410.000	509.810	(781.941)	-	2.499.867
Resultado do exercício	-	-	-	-	(117.313)	(117.313)
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(145.244)	-	(145.244)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(145.244)	(117.313)	(262.557)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(117.313)	-	117.313	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	(566)	-	-	(566)
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 20)	-	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Aumento de capital (nota 20)	410.000	(410.000)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	566	-	-	566
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.771.998	1.500.000	392.497	(927.185)	-	3.737.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		(117.313)	(323.950)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	18	(132.216)	304.958
Amortização	13b	561.221	524.584
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	15	282.876	-
Provisões para perdas operacionais, líquidas	22	468.857	544.090
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	12a e 13b	18.046	38.607
Juros e variações monetárias		572.020	650.364
Apropriação de custo de transação	16	38.172	23.692
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	21	(988.260)	1.455.057
Imposto de renda e contribuição social	9c	(30.711)	(102.829)
		672.692	3.114.573
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		(614.089)	(299.057)
Concessionários – transporte de energia		30.349	4.402
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	12b	585.527	341.244
Tributos compensáveis		(9.719)	13.452
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(23.920)	(81.075)
Depósitos vinculados a litígios		(42.513)	(12.108)
Reembolso subsídios tarifários		(9.594)	7.944
Subvenção baixa renda		9.601	(4.927)
Outros		221.835	55.657
		147.477	25.532
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		606.019	(258.530)
Impostos, taxas e contribuições		(164.509)	(118)
IR e CSLL a pagar		-	24.742
Salários e encargos sociais		(15.453)	2.475
Encargos regulatórios		(109.619)	39.275
Obrigações pós-emprego	18	(203.184)	(171.689)
Outros		(184.994)	(121.519)
		(71.740)	(485.364)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		748.429	2.654.741
Juros pagos	16	(632.740)	(1.209.021)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(19.835)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		115.689	1.425.885
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		31.770	(53.599)
Em intangível	13	(976.154)	(964.395)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(944.384)	(1.017.994)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	16	-	2.249.633
Custo de transação	16	(10.971)	-
Pagamentos de empréstimos	16	(565.521)	(2.872.982)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		-	(87.302)
Adiantamento para futuro aumento de capital	20	1.500.000	410.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		923.508	(300.651)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		94.813	107.240
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	426.074	318.834
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	520.887	426.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	2017		2016	
Receitas				
Venda de energia e serviços	20.436.543		18.106.496	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.044.682		1.101.966	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	8.587		7.582	
Outras receitas	17.107		3.400	
Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(228.428)		(380.966)	
	<u>21.278.491</u>		<u>18.838.478</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(7.463.738)		(5.785.522)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.104.630)		(837.387)	
Serviços de terceiros	(1.181.553)		(1.058.713)	
Materiais	(578.184)		(551.463)	
Outros custos operacionais	(588.670)		(477.332)	
	<u>(10.916.775)</u>		<u>(8.710.417)</u>	
Valor adicionado bruto	<u>10.361.716</u>		<u>10.128.061</u>	
Retenções				
Amortização	(561.221)		(524.584)	
Valor adicionado líquido	<u>9.800.495</u>		<u>9.603.477</u>	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	397.277		742.973	
Valor adicionado a distribuir	<u>10.197.772</u>		<u>10.346.450</u>	
Distribuição do valor adicionado				
		%		%
Empregados	856.345	8,40	1.309.766	12,66
Remuneração direta	698.645	6,85	828.372	8,01
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	(66.627)	(0,65)	353.698	3,42
FGTS	66.799	0,66	63.335	0,61
Programas de desligamento de empregados	157.528	1,54	64.361	0,62
Impostos, taxas e contribuições	8.502.451	83,38	8.064.057	77,94
Federais	3.546.810	34,78	3.649.525	35,27
Estaduais	4.951.877	48,56	4.410.711	42,63
Municipais	3.764	0,04	3.821	0,04
Remuneração de capitais de terceiros	956.289	9,37	1.296.577	12,53
Juros	883.553	8,66	1.215.471	11,75
Aluguéis	72.736	0,71	81.106	0,78
Remuneração de capital próprio	(117.313)	(1,15)	(323.950)	(3,13)
Prejuízo do exercício	(117.313)	(1,15)	(323.950)	(3,13)
	<u>10.197.772</u>	<u>100,00</u>	<u>10.346.450</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.346.893 consumidores em 31 de dezembro de 2017 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 26.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Nota 7 – Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 12 – Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 13 – Intangíveis;
- Nota 18 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 19 – Provisões;
- Nota 21 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 22 – Vidas úteis de ativos;
- Nota 25 – Mensuração de instrumentos financeiros;
- Nota 26 – Mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Revisão de normas e interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de divulgação (alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) demonstração dos fluxos de caixa para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018

■ IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da adoção dos novos critérios previstos na IFRS 9/CPC 48 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, exceto quanto à redução ao valor recuperável do seu contas a receber de clientes.

Classificação e mensuração

A Companhia tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mensurados ao valor justo. Para os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38/IAS 39 como empréstimos e recebíveis, cujo objetivo do modelo de negócios de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é captar os fluxos de caixa contratuais, representando somente pagamentos de principal e juros, a Companhia concluiu que tais instrumentos financeiros atendem aos critérios de mensuração e classificação de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a mudança do método de mensuração desses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A Companhia adotou, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base os últimos 12 meses de faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

A Companhia estima que a adoção do pronunciamento terá impacto, principalmente, nas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa do seu contas a receber de clientes, sendo que o efeito estimado em 1º de janeiro de 2018, decorrente da adoção do pronunciamento, representando uma perda adicional a ser registrada no patrimônio líquido, é como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia	195.396
	<u>195.396</u>

- IFRS 15/ CPC 47 – Receitas de contratos com clientes – A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método prospectivo, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A expectativa da Companhia é de que não haverá impacto material na adoção deste pronunciamento, exceto pela reclassificação das penalidades de indicadores de desempenho de despesa operacional para uma conta redutora da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A seguir serão detalhadas as análises das linhas de receita de contratos com clientes:

a) Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia deve reconhecer a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia deve avaliar se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.

A Companhia está sujeita a penalidade caso alguns indicadores de continuidade no fornecimento de energia não sejam atendidos. Entre essas penalidades, encontra-se a obrigação de ressarcimento de valores aos clientes através do desconto em conta de energia.

Considerando o disposto na nova norma, que determina que a receita deve ser registrada líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, as penalidades citadas serão apresentadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional.

Atualmente, esses ressarcimentos são contabilizados como despesa operacional e, de acordo com o novo pronunciamento, passarão a ser contabilizados como redutor da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A Companhia avaliou que o montante a ser reclassificado é de R\$41.425 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$48.458 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

b) Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) – clientes livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica. O encargo ocorre em função da demanda de potência do cliente, a qual está vinculada ao consumo e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pela ANEEL.

c) Outras receitas operacionais

Prestação de serviço:

Entendemos que a prestação de serviços está ligada ao fornecimento de energia estipulado no contrato e a obrigação de desempenho é a energia fornecida.

Compartilhamento de infraestrutura:

O compartilhamento de infraestrutura refere-se ao uso conjunto, por agentes dos setores de energia elétrica, de telecomunicações ou de petróleo, de instalações construídas para servir de base à prestação de serviços públicos, gerando o emprego compartilhado de postes, torres, dutos, subsolo urbano, condutos e servidões administrativas.

A fixação no ponto de utilização é a obrigação de desempenho, que é cobrado mensalmente de acordo com a utilização.

d) Demais receitas

Para as demais receitas da Companhia, relacionadas principalmente à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), transações com energia na CCEE e receita de construção, a Companhia avaliou os principais efeitos da aplicação da nova norma e a conclusão é que não há impactos nas demonstrações financeiras.

e) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação representam uma mudança com relação à prática em vigor e aumentam o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15/CPC 47 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas às demonstrações financeiras sejam expandidas, mesmo que as diferenças da norma não sejam significativas.

2.7. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no ítem 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa, créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, depósitos vinculados a litígios, fundos vinculados, ativos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso subsídios tarifários e outros créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

b) Consumidores e revendedores, concessionários - transporte de energia e revendedores – transações com energia livre

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Ativos vinculados à concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada

sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Companhia mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício e levado em consideração pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa

é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2017 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

f) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação para amortização das obrigações atuariais (ver nota explicativa nº 18) e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o fundo de pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes, com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

g) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 12.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização dos ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de produtividade, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita uma revisão tarifária extraordinária, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Renovação da concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECI) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínima;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR^1 (-) juros da dívida² ≥ 0 ;
- $LAJIDA^3 \geq 0$ (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- $[LAJIDA (-) QRR] \geq 0$ (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- $\{Dívida líquida^4 / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (80\% \text{ da SELIC})$ (até o término de 2019); e,
- $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (111\% \text{ da SELIC})$ (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da SELIC;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Contas bancárias	101.865	82.447
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	355.854	225.779
Overnight	63.168	117.848
	419.022	343.627
	520.887	426.074

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 60% a 104,5% em 2017 (75% a 106,5% em 2016), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,89% a.a. em 2017 (13,64% a.a. em 2016).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 25.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Certificados de depósitos bancários	874	10.471
Letras financeiras – bancos	84.555	236.424
Letras financeiras do tesouro	206.246	61.463
Debêntures	18.522	33.358
Outros	394	642
	310.591	342.358
Ativo circulante	302.298	327.680
Ativo não circulante	8.293	14.678

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e

Liquidação (CETIP), que variam entre 100,25% a 105,25% em 2017 (98,5% a 105,25% em 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,01% a 112,00% do CDI em 2017 (104,25% a 112,7% do CDI em 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 161,54% do CDI em 2017 (104,25% a 113% do CDI em 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 25. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 24.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	Faturado	Não faturado			31/12/2017	31/12/2016
Residencial	615.062	257.494	414.540	157.268	1.444.364	1.449.693
Industrial	71.959	66.313	33.808	135.473	307.553	315.341
Comércio, serviços e outras	304.746	151.270	95.285	131.141	682.442	681.848
Rural	101.245	52.150	67.403	68.587	289.385	256.896
Poder público	99.577	27.272	32.272	63.465	222.586	159.148
Iluminação pública	11.229	27.223	2.699	4.414	45.565	42.355
Serviço público	64.983	24.480	5.882	13.475	108.820	101.489
Subtotal – consumidores	1.268.801	606.202	651.889	573.823	3.100.715	3.006.770
Suprimento a outras concessionárias	-	-	-	-	-	17
Concessionários – transporte de energia	94.477	96.919	3.510	69.456	264.362	294.710
Suprimento – energia de curto prazo	179.442	-	-	-	179.442	861
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(489.538)	(489.538)	(602.689)
	1.542.720	703.121	655.399	153.741	3.054.981	2.699.669
Ativo circulante					2.811.225	2.565.153
Ativo não circulante					243.756	134.516

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 25.

O ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2017	2016
Residencial	157.268	250.039
Industrial	113.385	88.555
Comércio, serviços e outras	109.959	145.179
Rural	15.664	22.093
Poder público	11.756	9.444
Iluminação pública	3.819	4.471
Serviço público	9.953	15.174
Concessionários – transporte de energia	67.734	67.734
	489.538	602.689

A movimentação do ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085
Constituições, líquidas	380.966
Baixas	(346.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.689
Constituições, líquidas	228.428
Baixas	(341.579)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	489.538

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	2017	2016
Circulante		
ICMS a recuperar	38.504	86.866
COFINS	52.935	53.566
PIS-PASEP	11.495	11.631
Outros	3.074	2.927
	106.008	154.990
Não Circulante		
ICMS a recuperar	178.637	119.138
COFINS	2.483	3.117
PIS-PASEP	436	600
	181.556	122.855
	287.564	277.845

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei nº 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2018.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	2017	2016
Circulante		
Imposto de renda	114.383	221.656
Contribuição social	60.311	86.864
	174.694	308.520

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	2017	2016
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	353.697	84.581
Obrigações pós-emprego	782.461	805.292
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	186.528	219.761
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	-	153.155
Provisões para contingências	163.532	118.155
Taxa de administração	6.375	6.751
Outros	3.994	3.447
	1.496.587	1.391.142
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(214.645)	(220.820)
Encargos financeiros capitalizados	(165.582)	(148.559)
Custo de captação	(10.279)	(19.527)
	(390.506)	(388.906)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.106.081	1.002.236

(1) Referente à provisão de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS, com exigibilidade suspensa pelos depósitos judiciais.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	708.642
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	97.922
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	195.672
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.002.236
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	29.022
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	74.823
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.106.081

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2018, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2018.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo:

	2017
2018	188.585
2019	231.317
2020	225.712
2021	215.540
2022	213.001
2023 a 2025	264.517
2026 a 2027	157.915
	1.496.587

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2017	2016
Resultado antes dos impostos	(148.024)	(426.779)
Imposto de renda e contribuição social – benefício nominal	50.328	145.105
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Contribuições e doações indedutíveis	(3.513)	(2.661)
Créditos fiscais não reconhecidos	(2.251)	4.000
Multas indedutíveis	(13.140)	(15.182)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	(2.030)	(12.370)
Outros	1.317	(16.063)
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	30.711	102.829
Alíquota efetiva	20,75%	24,09%
Corrente	1.689	4.907
Diferido	29.022	97.922

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2017	2016
Trabalhista	236.069	197.762
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.393	9.817
PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.110.376	612.622
IR/INSS indenização do anuênio (2)	191.553	182.739
Outros	37.233	29.660
	1.349.555	834.838
Outros		
Regulatório	27.346	18.230
Cível	10.279	7.270
Relações de consumo	3.934	3.578
Bloqueio judicial	8.290	4.607
Outros	14.939	5.250
	64.788	38.935
	1.650.412	1.071.535

(1) Os saldos de depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores. Ver detalhes na nota explicativa nº 15.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 19 – Provisões (indenização do anuênio)

11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$841.767 (R\$791.609 em 2016). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$73.345 (R\$63.751 em 2016), reconhecidos no ativo circulante.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2017	2016
Ativos relacionados à infraestrutura (a)	369.762	216.107
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	369.010	397.725
	738.772	613.832
Ativo circulante	158.525	397.725
Ativo não circulante	580.247	216.107

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	2017	2016
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	414.800	804.975
Passivo circulante	414.800	481.835
Passivo não circulante	-	323.140

a) Ativos relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983
Transferências do ativo intangível	72.891
Baixas	(349)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	7.582
Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107
Transferências do ativo intangível	145.283
Baixas	(215)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	8.587
Saldo em 31 de dezembro de 2017	369.762

b) Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas demonstrações financeiras os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	381.588	2.330.978	2.712.566	1.443.964	924.914	2.368.878
Ativo circulante	381.588	1.379.162	1.760.750	1.443.964	547.241	1.991.205
Ativo não circulante	-	951.816	951.816	-	377.673	377.673
Passivo	(796.388)	(1.961.968)	(2.758.356)	(1.046.239)	(1.729.889)	(2.776.128)
Passivo circulante	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)	(1.046.239)	(1.029.076)	(2.075.315)
Passivo não circulante	-	(741.331)	(741.331)	-	(700.813)	(700.813)
Total circulante líquido	(414.800)	158.525	(256.275)	397.725	(481.835)	(84.110)
Total não circulante líquido	-	210.485	210.485	-	(323.140)	(323.140)
Total líquido	(414.800)	369.010	(45.790)	397.725	(804.975)	(407.250)

Componentes Financeiros	31/12/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	(154.234)	(89.414)	(243.648)	202.801	(244.840)	(42.039)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	9.058	23.448	32.506	1.923	8.103	10.026
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	2.332	1.306	3.638	5.254	3.926	9.180
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	(5.148)	1.513	(3.635)	13.080	4.247	17.327
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER (1)	(40.105)	(586.413)	(626.518)	(54.989)	(189.063)	(244.052)
Energia elétrica comprada para revenda (2)	(90.616)	1.326.263	1.235.647	422.852	(78.922)	343.930
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	8.357	(211.337)	(202.980)	(104.671)	(55.834)	(160.505)
Neutralidade da parcela A	(30.581)	74.076	43.495	78.254	(76.367)	1.887
Outros itens financeiros	(111.825)		(111.825)	(166.779)	(162.614)	(329.393)
Bandeiras tarifárias (3)		(134.008)	(134.008)	-	(13.611)	(13.611)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos (4)	(2.038)	(36.424)	(38.462)	-	-	-
TOTAL	(414.800)	369.010	(45.790)	397.725	(804.975)	(407.250)

(1) Devido ao aumento dos custos de risco hidrológico, ocorrido a partir de julho de 2017, a Aneel alterou as regras de repasse do excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER para aliviar a pressão sobre o caixa das distribuidoras. A Cemig D recebeu da CONER cerca de R\$ 254 milhões, não incluídos na cobertura tarifária, impactando diretamente o montante de CVA do ESS/EER a devolver ao consumidor.

(2) Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica e com isso o maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (preço de liquidação de diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob cotas de garantia física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o risco hidrológico. Diante destes fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 31 de dezembro de 2017.

(3) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

(4) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
Constituição líquida de passivos financeiros	(858.003)
Realização	(597.054)
Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(341.244)
Transferência (1)	(164.957)
Atualização Selic (2)	204.352
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
Constituição líquida de ativos financeiros	810.634
Realização	177.626
Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(585.527)
Atualização Selic (2)	(41.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)

(1) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi reclassificado para créditos junto à Eletrobras, e foi amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a pagar à Eletrobras, conforme despacho emitido pela ANEEL em 2016.

(2) Inclui complemento relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2017, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$585.527 (R\$341.244 em 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

13. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	2017			2016		
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Ativos da concessão líquidos	15.680.572	(6.929.129)	8.751.443	14.168.765	(6.630.859)	7.537.906
Intangível em curso	585.043	-	585.043	1.439.731	-	1.439.731
Total intangível	16.265.615	(6.929.129)	9.336.486	15.608.496	(6.630.859)	8.977.637

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.168
Adições	1.101.966
Transferências para o ativo financeiro	(72.891)
Baixa de obrigação especial (1)	98.236
Baixas	(38.258)
Amortização	(524.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.977.637
Adições	1.044.682
Outras transferências (2)	38.502
Transferências para o ativo financeiro	(145.283)
Baixas	(17.831)
Amortização	(561.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.336.486

(1) A baixa de obrigação especial decorre da celebração de contratos de confissão de dívida e reconhecimento de débito com a Eletrobrás, no montante de R\$98.236, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).

(2) Refere-se, principalmente, à incorporação de créditos ICMS sobre ativos adquiridos em exercícios anteriores antes registrados como tributos compensáveis e que a Companhia concluiu não serem passíveis de aproveitamento para fins fiscais.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no exercício de 2017, no montante de R\$1.044.682, está contemplado R\$68.528 a título de encargos financeiros capitalizados (R\$137.571 em 2016), conforme apresentado na nota explicativa nº 16.

A taxa de amortização média anual da Companhia é de 3,85%. As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de capacitores	6,67		
Regulador de tensão	4,35		

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil bruto de R\$2.367.627 (R\$2.242.966 em 31 de dezembro de 2016), referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

14. FORNECEDORES

	2017	2016
Energia de curto prazo - CCEE (1)	451.239	125.066
Encargos de uso da rede elétrica (2)	129.525	52.441
Energia elétrica comprada para revenda (3)	498.408	422.727
Itaipu binacional	240.220	206.827
Materiais e serviços	335.990	242.302
	1.655.382	1.049.363

(1) O saldo a pagar à CCEE refere-se, basicamente, ao risco hidrológico de quotas Itaipu. O aumento do saldo a pagar, em função do risco hidrológico assim como das CCEAR's, está associado ao cenário hidrológico desfavorável.

(2) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

(3) Em 2017 a Companhia registrou um aumento nas despesas com energia em função do maior custo da energia no mercado atacadista, decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS (i)	406.181	426.984
COFINS	74.403	63.626
PIS-PASEP	16.005	13.786
INSS	13.152	16.733
ISSQN	4.930	5.891
Outros	9.243	10.836
	523.914	537.856
Não circulante		
COFINS (ii)	19.910	505.018
PIS-PASEP (ii)	3.236	109.551
	23.146	614.569
	547.060	1.152.425
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PASEP/COFINS (ii)	1.087.230	-
	1.087.230	-

(i) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, será liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic.

Os efeitos da adesão ao PRCT reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nos impostos e encargos incidentes sobre a receita, despesas operacionais e despesas financeiras, montam R\$532.455, R\$1.389 e R\$30.910, respectivamente.

Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia quitou 03 (três) parcelas no montante de R\$281.877 restando um saldo de R\$282.876 a ser quitado até março de 2018. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía em aberto ICMS a recolher no montante de R\$ 123.305 oriundo das suas operações.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo potencial junto a seus consumidores no montante R\$1.087.230, que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.110.376, líquido dos PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$ 23.146. Esse passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos pela ANEEL. O efeito líquido oriundo dos registros em questão no resultado do exercício foi nulo.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2017						2016
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Moeda Estrangeira							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.455	21.478	22.933	23.049
Dívida em Moeda Estrangeira				1.455	21.478	22.933	23.049
Moeda Nacional							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	-	-	-	72.549
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	-	-	-	50.683
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	193	500.000	500.193	510.289
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	16.619	33.170	49.789	68.042
Grandes Consumidores (2)	2024	Diversas	R\$	1.965	2.339	4.304	6.317
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	8.346	-	8.346	108.792
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	1.165	625.502	626.667	697.801
(-) Custos de Transação				(2.027)	(15.554)	(17.581)	(26.002)
Dívida em Moeda Nacional				26.261	1.145.457	1.171.718	1.488.471
Total de Empréstimos e Financiamentos				27.716	1.166.935	1.194.651	1.511.520
Debêntures							
Debêntures Série Única 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	-	-	-	235.136
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	447.114	-	447.114	464.072
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	59.337	1.477.810	1.537.147	1.496.274
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	38.409	881.788	920.197	895.829
Debêntures Série Única 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05%	R\$	20.008	-	20.008	1.626.850
Debêntures Série Única 5ª Emissão (3)	2022	146,50% do CDI	R\$	1.220	1.575.000	1.576.220	-
(-) Custos de Transação				(17)	(12.629)	(12.646)	(31.430)
Total de Debêntures				566.071	3.921.969	4.488.040	4.686.731
Total Geral				593.787	5.088.904	5.682.691	6.198.251

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$149.169, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$126.236. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);
- (3) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.455	-	-	-	-	-	21.478	-	22.933
Total por Moedas	1.455	-	-	-	-	-	21.478	-	22.933
Indexadores									
IPCA (1)	97.746	487.678	487.677	502.455	220.447	220.447	220.447	220.447	2.457.344
UFIR/RGR (2)	16.619	12.910	11.210	3.407	3.264	2.379	-	-	49.789
CDI (3)	478.046	182.284	364.568	729.135	1.424.515	-	-	-	3.178.548
IGP-DI (4)	1.965	383	612	54	516	516	258	-	4.304
Total por Indexadores	594.376	683.255	864.067	1.235.051	1.648.742	223.342	220.705	220.447	5.689.985
(-) Custos de Transação	(2.044)	(189)	(4.143)	(8.002)	(15.249)	(200)	(200)	(200)	(30.227)
Total Geral	593.787	683.066	859.924	1.227.049	1.633.493	223.142	241.983	220.247	5.682.691

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 2017 (%)	Variação acumulada em 2016 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2017 (%)	Variação acumulada em 2016 (%)
Dólar Norte-Americano	1,50	(16,54)	IPCA	2,95	6,29
Euro	15,41	(19,10)	CDI	9,93	14,06

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042
Empréstimos obtidos	2.310.000
Custos de transação	(60.367)
Empréstimos obtidos líquidos dos custos de transação	2.249.633
Variação monetária e cambial	159.757
Encargos financeiros provisionados	827.130
Amortização do custo de transação	23.692
Encargos financeiros pagos	(1.209.021)
Amortização de empréstimos	(2.872.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.198.251
Custos de transação (1)	(10.971)
Variação monetária e cambial	71.395
Encargos financeiros provisionados	584.105
Amortização do custo de transação	38.172
Encargos financeiros pagos	(632.740)
Amortização de empréstimos	(565.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.682.691

(1) Custos de transação decorrentes da 5ª emissão de debêntures, conforme quadro de captações de recursos abaixo.

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia transferiu para o ativo intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2017	2016
Encargos de empréstimos e financiamentos, incluindo a amortização de custos de transação	622.277	850.822
Encargos financeiros capitalizados no intangível (1)	(68.528)	(137.571)
Efeito líquido no resultado	553.749	713.251

(1) A taxa média de capitalização foi de 14,28% em 2017 (18,02% em 2016).

Captações de recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Debêntures				
Debêntures série única 5ª emissão (1)	14/12/2017	2022	146,50% do CDI	1.575.000
(-) Custos de transação				(10.971)
Total de captações				1.564.029

(1) Em 14 de dezembro de 2017, foi emitida a 5ª emissão de debêntures simples, com o prazo de vigência de 4,5 anos, remuneração anual de 146,50% do CDI que será amortizada em 36 parcelas mensais vincendas a partir de julho de 2019. A integralização das Debêntures da 5ª emissão foi realizada mediante dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, não havendo assim, efeito no caixa da Companhia.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	2.931.110
Recebíveis	2.744.448
Sem garantia	7.133
TOTAL	5.682.691

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2017, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Série única - 2ª emissão	Não há	IPCA + 7,96%	-	235.136
1ª série - 3ª emissão	Fiança	CDI + 0,69%	447.114	464.072
2ª série - 3ª emissão	Fiança	IPCA + 4,70%	1.537.147	1.496.274
3ª série - 3ª emissão	Fiança	IPCA + 5,10%	920.197	895.829
Série única - 4ª emissão	Fiança	CDI + 4,05%	20.008	1.626.850
Série única - 5ª emissão	Fiança/Recebíveis	146,50% do CDI	1.576.220	-
(-) Custos de transação			(12.646)	(31.430)
TOTAL			4.488.040	4.686.731

Para as debêntures emitidas pela Companhia, de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Em 2017, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª emissão de debêntures (1)	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 31/12/2017 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2017 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
	Índice de liquidez corrente	0,6x em 31/12/2017 em diante	0,6x em 31/12/2017 em diante	

(1) As cédulas de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais, conforme descrito acima. A 5ª Emissão de debêntures foi emitida com exigibilidade de cumprimento dos Covenants.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento semestral foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2017	2016
Passivo		
Eficiência energética	223.767	290.687
Pesquisa e desenvolvimento	84.385	77.065
Conta de desenvolvimento energético – CDE	154.383	181.491
Reserva global de reversão – RGR	24.545	30.258
Encargos de capacidade emergencial	30.996	30.996
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.371	1.361
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	17.224
	519.463	629.082
Passivo circulante	358.760	308.049
Passivo não circulante	160.703	321.033

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das obrigações atuariais e reconhecimento nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 R1/IAS 19 (benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2017.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$522.001 em 31 de dezembro de 2017 (R\$570.184 em 31 de dezembro de 2016). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$205.244, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE).

Em fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ. O montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$71.853, através de 167 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

2017	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor presente das obrigações	6.515.886	1.299.243	27.405	196.536	8.039.070
Valor justo dos ativos do plano	(5.256.817)	-	-	-	(5.256.817)
Passivo líquido inicial	1.259.069	1.299.243	27.405	196.536	2.782.253
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	39.900	-	-	-	39.900
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015	5.051.394	971.830	21.959	398.662	6.443.845
Custo do serviço corrente	3.263	6.202	133	1.924	11.522
Juros sobre a obrigação atuarial	635.783	127.681	2.885	52.057	818.406
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(567)	-	-	40	(527)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	777.321	289.287	6.461	126.564	1.199.633
Decorrentes de ajustes com base na experiência	99.907	(66.083)	(2.525)	15.847	47.146
	876.661	223.204	3.936	142.451	1.246.252
Benefícios pagos	(502.532)	(70.618)	(1.478)	(7.464)	(582.092)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016	6.064.569	1.258.299	27.435	587.630	7.937.933
Custo do serviço corrente	2.819	8.244	184	2.652	13.899
Juros sobre a obrigação atuarial	609.799	130.916	2.855	61.292	804.862
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	120.309	-	-	14	120.323
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	256.026	47.475	1.216	39.455	344.172
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(18.061)	(65.453)	(2.558)	(40.837)	(126.909)
	358.274	(17.978)	(1.342)	(1.368)	337.586
Alterações no plano - serviço passado	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Benefícios pagos	(519.575)	(80.238)	(1.727)	(5.705)	(607.245)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017	6.515.886	1.299.243	27.405	196.536	8.039.070

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%. As alterações mencionadas implicaram em uma redução de R\$447.965 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	4.215.134
Retorno real dos investimentos	1.232.400
Contribuições do empregador	92.129
Benefícios pagos	(502.532)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	5.037.131
Retorno real dos investimentos	623.747
Contribuições do empregador	115.514
Benefícios pagos	(519.575)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	5.256.817

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2017 e 2016 são como segue:

2017	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do serviço corrente	2.819	8.244	184	2.652	13.899
Juros sobre a obrigação atuarial	609.799	130.916	2.855	61.292	804.862
Rendimento sobre os ativos do plano	(503.012)	-	-	-	(503.012)
Custo do serviço passado	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Despesa (recuperação de despesa) total em 2017 conforme cálculo atuarial	109.606	139.160	3.039	(384.021)	(132.216)

2016	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do serviço corrente	3.263	6.202	133	1.924	11.522
Juros sobre a obrigação atuarial	635.783	127.681	2.885	52.057	818.406
Rendimento sobre os ativos do plano	(524.970)	-	-	-	(524.970)
Despesa total em 2016 conforme cálculo atuarial	114.076	133.883	3.018	53.981	304.958

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
Despesa reconhecida no resultado	114.076	133.883	3.018	53.981	304.958
Contribuições pagas	(92.129)	(70.618)	(1.478)	(7.464)	(171.689)
Perdas atuariais (1)	205.915	223.204	3.936	142.451	575.506
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486
Despesa reconhecida no resultado	109.606	139.160	3.039	63.944	315.749
Contribuições pagas	(115.514)	(80.238)	(1.727)	(5.705)	(203.184)
Alterações no plano - serviço passado (ganho)	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	240.755	(17.978)	(1.342)	(1.368)	220.067
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153
				2017	2016
Passivo circulante				166.525	142.347
Passivo não circulante				2.655.628	2.795.139

(1) Reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$268.376 (R\$230.628 em 2016), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$47.373 (R\$74.330 em 2016). Além disso, devido às alterações no seguro de vida, foi reconhecido um ganho atuarial no resultado de 2017 no montante de R\$447.965.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2018 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(475.137)	-	-	-	(475.137)
Despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial	119.670	131.373	2.714	19.625	273.382

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2018 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	540.358	83.448	1.796	5.962	631.564

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2018 no montante de R\$120.135 para amortização de déficit do Plano A e de R\$58.013 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,28	11,55	13,68	13,68	11,55

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2017	2016
Ações de empresas brasileiras	6,60%	3,81%
Títulos de renda fixa	73,97%	74,79%
Imóveis	8,17%	8,27%
Outros	11,26%	13,13%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2017	2016
Debêntures não conversíveis emitidas pela patrocinadora	178.442	218.825
Imóveis da Fundação ocupados pela patrocinadora	461.970	548.830
	640.412	767.655

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2017	2016
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,48%	10,50%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,48%	10,50%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,00%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,08%	6,59%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 D10%	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não adotada	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	170.187	26.938	428	(11.634)	185.919
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	-	-	-	11.141	11.141
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	679.283	178.605	3.575	31.125	892.588

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	266.119	175.457	(183)	(57.146)	384.247
Cíveis					
Relações de consumo	13.307	21.497	(1.293)	(15.903)	17.608
Outras ações cíveis	36.842	9.517	-	(4.463)	41.896
	50.149	31.014	(1.293)	(20.366)	59.504
Tributárias	3.674	2.534	-	(1.208)	5.000
Ambientais	-	2	-	-	2
Regulatórias	21.435	12.078	(9.566)	(300)	23.647
Outras	6.137	7.280	-	(4.840)	8.577
Total	347.514	228.365	(11.042)	(83.860)	480.977

	2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	216.101	93.178	(1.428)	(41.732)	266.119
Cíveis					
Relações de consumo	14.084	14.605	(778)	(14.604)	13.307
Outras ações cíveis	26.885	15.988	-	(6.031)	36.842
	40.969	30.593	(778)	(20.635)	50.149
Tributárias	3.313	510	(71)	(78)	3.674
Ambientais	60	-	(60)	-	-
Regulatórias	20.814	2.270	-	(1.649)	21.435
Outras	9.912	7.861	(3.897)	(7.739)	6.137
Total	291.169	134.412	(6.234)	(71.833)	347.514

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.612.569 (R\$1.327.216 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$384.247 (R\$266.119 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações

cujo objeto são horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar, complementação e recálculo de pensões de aposentadoria complementar pela Forluz e ajustes salariais.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$39.431 (R\$23.092 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$17.608 (R\$13.307 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$181.805 (R\$187.700 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$41.896 (R\$36.842 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$34.646 (R\$26.668 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$5.000 (R\$3.674 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$151.977 (R\$156.550 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$23.647 (R\$21.435 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$109.717 (R\$89.117 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$8.577 (R\$6.137 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a

estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$191.553 (R\$182.739 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$222.862 (R\$207.876 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$949.092 (R\$1.039.997 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$79.597 (R\$116.357 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A redução no valor da contingência decorre, principalmente, da reavaliação pela Receita Federal dos valores envolvidos nos processos onde se discute o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS.

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$200.496 (R\$186.972 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discutia suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015.

Os processos foram baixados tendo em vista a adesão da Companhia ao PRCT – Plano de Regularização de Créditos Tributários, do Estado de Minas Gerais, o qual incluiu a quitação dos valores envolvidos nestes processos, conforme descrito na nota explicativa nº 15 (i). O montante da contingência era de R\$82.129 em 31 de dezembro de 2016.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$30.163 (R\$23.510 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.194.111 (R\$1.281.195 em 31 de dezembro de 2016), para os quais a Cemig classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Cemig, caso a mesma venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$275.458 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste tarifário periódico – neutralidade da parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico.

Em decorrência de decisão favorável à Companhia, contra a qual não houve recurso, o processo foi baixado. Em 31 de dezembro de 2016 o valor da ação era R\$316.675.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$261.281 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$79.985 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$190.202 (R\$150.761 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998 (R\$2.361.998 em 31 de dezembro de 2016), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2017	2016
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Resultado do exercício	(117.313)	(323.950)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,0497)	(0,1373)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído é igual ao resultado básico.

Aumento de capital social

Em 12 de maio de 2017, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária aprovaram o aumento de capital social da Cemig D, no valor de R\$410.000. O capital social, que era de R\$2.361.998, passou para R\$2.771.998, através da integralização dos recursos recebidos sob forma de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, sem emissão de novas ações.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 11 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$1.600.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária. Em dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, foram realizados o repasses de recursos nos montantes de R\$1.500.000 e R\$100.000, respectivamente.

Em 08 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a transferência adicional, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$600.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital.

Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego. Consistem em ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Proposta de absorção do prejuízo de 2017

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2018, a proposta de absorção do prejuízo de 2017, no montante de R\$117.313, pela conta de reserva de retenção de lucros.

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2017	2016
Reservas de Lucros		
Reserva legal	224.986	224.986
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	8.649	8.083
Reserva de retenção de lucros	<u>158.862</u>	<u>276.741</u>
	<u>392.497</u>	<u>509.810</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$8.649 (R\$8.083 em 31 de dezembro de 2016).

21. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2017	2016
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	16.442.514	16.687.191
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	1.643.377	1.740.685
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	988.260	(1.455.057)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	1.044.682	1.101.966
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	8.587	7.582
Outras receitas operacionais (f)	1.362.392	1.133.677
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(9.177.481)	(8.619.541)
	12.312.331	10.596.503

a) Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Residencial	10.008.423	9.915.807	7.841.856	7.819.175
Industrial	2.610.534	3.194.872	1.500.091	1.813.176
Comércio, serviços e outros	5.252.799	5.711.647	3.766.125	4.137.293
Rural	3.647.812	3.574.724	1.628.883	1.463.470
Poder público	865.803	885.748	531.761	544.554
Iluminação pública	1.366.938	1.350.405	536.788	528.378
Serviço público	1.301.135	1.252.043	589.451	546.764
Subtotal	25.053.444	25.885.246	16.394.955	16.852.810
Consumo próprio	37.477	37.140	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	47.559	(165.619)
Total	25.090.921	25.922.386	16.442.514	16.687.191

(*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede – consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no exercício em ativos da concessão.

Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 das demonstrações financeiras.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Outras receitas operacionais

	2017	2016
Serviço taxado	10.526	5.628
Outras prestações de serviços	15.837	12.869
Subvenções (*)	1.024.986	1.000.745
Aluguel e arrendamento	122.096	108.653
Transações na CCEE	187.762	1.143
Outras	1.185	4.639
	1.362.392	1.133.677

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2017	2016
Impostos sobre a receita		
ICMS (1)	4.951.109	4.408.842
PIS-PASEP	338.011	299.345
COFINS	1.556.897	1.378.813
ISSQN	515	535
	6.846.532	6.087.535
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	55.646	58.056
Conta de desenvolvimento energético-CDE	1.749.551	2.039.925
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	22.259	23.222
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	22.259	23.222
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	11.129	11.612
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	453.775	360.012
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	16.330	15.957
	2.330.949	2.532.006
	9.177.481	8.619.541

(1) Inclui os efeitos da adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT, no montante de R\$532.455. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Pessoal	1.123.026	1.146.685
Participação de empregados e administradores no resultado	2.657	9.790
Obrigações pós-emprego	(179.589)	230.628
Materiais	43.267	41.820
Serviços de terceiros (a)	784.654	673.823
Energia elétrica comprada para revenda (b)	6.782.988	5.260.411
Amortização	561.221	524.584
Provisões operacionais (c)	468.857	544.090
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.002.452	759.929
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (d)	1.044.682	1.101.966
Outras despesas líquidas (e)	408.392	394.629
	12.042.607	10.688.355

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 2017, o montante apropriado na rubrica de pessoal como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$157.528, correspondente à adesão de 925 empregados.

Em 2016, foi apropriado na rubrica de pessoal, como despesa relativa ao PDVP vigente à época, o montante de R\$64.361.

a) Serviços de terceiros

	2017	2016
Leitura de medidores e entrega de contas	141.689	140.281
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	228.287	202.718
Comunicação	74.272	70.535
Conservação e limpeza de prédios	76.918	65.491
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	13.834	6.236
Corte e religação	34.813	7.417
Podas de árvores	21.150	13.624
Serviços advocatícios e custas processuais	19.057	17.038
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	2.736	2.590
Serviços de tecnologia da informação	45.558	38.929
Mão de obra contratada	10.092	7.884
Hospedagem e alimentação	9.296	9.069
Vigilância	9.621	10.482
Impressão de fatura de energia elétrica	2.551	3.372
Manutenção e conservação de veículos	1.588	4.779
Reprografia e publicações legais	19.763	14.064
Consultoria	6.769	4.972
Despesas com transporte - pessoa jurídica	15.455	3.011
Outros	51.205	51.331
	784.654	673.823

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2017	2016
Energia de Itaipu binacional	1.243.354	1.143.974
Contratos por cotas de garantia física	498.366	549.945
Cotas das usinas de Angra I e II	243.776	216.906
Energia de curto prazo	1.281.579	680.008
Contratos bilaterais	291.611	282.058
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	3.590.710	2.586.410
PROINFA	302.796	323.446
Geração distribuída	11.546	2.775
Créditos de PASEP/COFINS	(680.750)	(525.111)
	6.782.988	5.260.411

c) Provisões (reversões) operacionais

	2017	2016
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	228.428	380.966
Ajuste para perdas em outros créditos a receber (1)	23.106	34.946
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	175.274	91.750
Cíveis	29.721	29.815
Tributárias	2.534	439
Ambientais	2	(60)
Regulatórias	2.512	2.270
Outras	7.280	3.964
	217.323	128.178
	468.857	544.090

(1) O Ajuste para perdas em outros créditos a receber é apresentado na demonstração de resultado como despesa operacional.

d) Custo de construção de infraestrutura de distribuição

	2017	2016
Pessoal	34.832	57.134
Materiais	534.917	509.643
Serviços de terceiros	396.897	384.884
Encargos financeiros	68.528	137.571
Aquisição de imóveis e instalações	2.409	341
Arrendamentos e aluguéis	1.054	1.427
Impostos e taxas	362	876
Outros	5.683	10.090
	1.044.682	1.101.966

e) Outras despesas operacionais líquidas

	2017	2016
Arrendamentos e aluguéis	67.925	76.740
Propaganda e publicidade	23.535	11.758
Consumo próprio de energia elétrica	24.106	22.170
Subvenções e doações	10.439	11.915
Anuidade CCEE	3.838	3.758
Seguros	2.473	2.123
Forluz – custeio administrativo	19.088	18.500
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	141.049	111.606
Agentes arrecadadores	70.568	70.376
Multa por violação de padrão indicador de continuidade e tensão (1)	34.771	48.458
Impostos e taxas	4.160	5.199
Outras	6.440	12.026
	408.392	394.629

(1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, com a entrada em vigor da IFRS 15/CPC 47, à partir de 1 de janeiro de 2018, esses ressarcimentos passarão a ser contabilizados como redutor da receita pela disponibilidade da rede elétrica.

Arrendamento mercantil operacional

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	63.242	130.079
Acréscimos moratórios de contas de energia	248.702	264.890
Variações cambiais	19.594	59.491
Variações monetárias	32.104	55.041
Variação monetária depósitos judiciais	38.610	28.731
Variação monetária – CVA	-	204.352
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(26.178)	(27.729)
Outras	21.203	28.118
	397.277	742.973
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(515.577)	(689.559)
Amortização do custo de transação	(38.172)	(23.692)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(47.373)	(74.330)
Variações cambiais	(16.369)	(34.462)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(71.567)	(169.558)
Variação monetária – CVA	(41.273)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(23.982)	(29.773)
Outras variações monetárias	(1.551)	(5.274)
Outras	(59.161)	(51.252)
	(815.025)	(1.077.900)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(417.748)	(334.927)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	21.738	8.851	-	-	(37.270)	(30.418)
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	621	-	-	(5.132)	(6.196)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.464	3.714	24.020	17.505	41.670	39.822	(210.263)	(151.109)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.105	7.037	-	-	(69.498)	(77.819)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	16.369	17.636	-	-	(160.564)	(152.783)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.640	3.755	-	-	(122.434)	(49.346)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	858	710	-	-	(7.285)	(6.944)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	54.926	71.340	-	-	136.273	152.016	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (3)	1.220	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	50.349	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (3)	1.119	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.500	5.111	-	-	(87.029)	(64.943)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.157	1.460	-	-	(17.139)	(13.605)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	256	253	-	-	3.299	3.025	-	-
Prestação de Serviço (4)	7.365	-	590	3.399	4.935	-	(10.021)	(11.861)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de Serviço (5)	-	-	2.322	6.453	157	163	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	278.899	197.825	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	95.471	265.543	-	-	700	78.845	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	8.293	14.679	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	78.855	62.420	-	-	(109.606)	(114.076)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(19.088)	(18.500)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	2.909	5.948	-	-	(35.433)	(26.607)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	1.220.114	1.001.702	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	81.965	72.463	-	-	(142.199)	(136.901)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.244.683	1.213.271	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto, no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017 e as demais possuem vencimento a partir de janeiro de 2018;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016;
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (ver nota explicativa nº 18);
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel das sedes administrativas da Companhia, com vigência até 2020, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (9) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (ver nota explicativa nº 18).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	2017	2016
				Cemig D 19,90% (1)	Cemig D 24,94% (1)
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	-	1.427
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	-	2.722
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	5.092	13.034
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.005	2.522
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	992	2.470
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	934	2.323
LIGTH	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	3.983	-
				13.006	24.498

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	2017	2016
Remuneração	11.020	7.430
Participação nos resultados (reversão)	289	(429)
Benefícios assistenciais	934	702
Total	12.243	7.703

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia são os saldos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, consumidores e revendedores, fundos vinculados, ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, subvenção de baixa renda, repasses de recursos da conta de desenvolvimento econômico (CDE), conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, empréstimos e financiamentos, obrigações com debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (FORLUZ), Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais e fornecedores, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e recebíveis: encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa, créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, depósitos vinculados a litígios, fundos vinculados, ativos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso subsídios tarifários e outros créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, títulos e valores mobiliários mantidos para negociação no montante de R\$296.256 (R\$325.726 em 31 de dezembro de 2016). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários, no montante de R\$14.335 em 31 de dezembro de 2017 (R\$16.632 em 31 de dezembro de 2016), incluídos na nota explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$14.351 em 31 de dezembro de 2017 (R\$16.628 em 31 de dezembro de 2016), foi mensurado considerando informações do Nível 2;

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura. São mensurados através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação estabelecida pelo órgão regulador (Aneel), levando em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base fatores como o valor novo de reposição (VNR) e atualização pelo IPCA, que são considerados equivalentes ao valor justo na data destas demonstrações financeiras;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os empréstimos e financiamentos, obrigações com debêntures, passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ), Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais e fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 146,5% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 7,96% e CDI + 0,69% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos junto à Eletrobras o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros. O mesmo ocorreu em 31 de dezembro de 2016, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil era R\$6.198.251 e o valor justo era R\$6.089.851, sendo a mensuração de Nível 2, utilizando como referência passivos similares.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2017		2016	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	6.493	22.933	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu binacional)	72.618	240.220	62.320	206.827
Passivo líquido exposto	79.111	263.153	69.392	229.876

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real no final de 2018 será uma valorização de 3,11% (R\$3,411). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	Cenário base 31/12/2017	Cenário dólar R\$3,411	Cenário dólar R\$4,264	Cenário dólar R\$5,117
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	22.933	23.647	29.560	35.474
Fornecedores (Itaipu Binacional)	240.220	247.700	309.643	371.586
Passivo líquido exposto	263.153	271.347	339.203	407.060
Efeito líquido da variação cambial		8.194	76.050	143.907

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às taxas de juros nacionais	2017	2016
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 5)	419.022	343.627
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	310.591	342.358
CVA e outros componentes financeiros (nota 12)	369.010	397.725
Outros créditos com a Eletrobrás	-	90.065
	1.098.623	1.173.775
Passivos		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 16)	(3.178.548)	(3.531.036)
CVA e outros componentes financeiros (nota 12)	(414.800)	(804.975)
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT (nota 15)	(282.876)	-
	(3.876.224)	(4.336.011)
Passivo líquido exposto	(2.777.601)	(3.162.236)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa SELIC será de 6,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2017	31 de dezembro de 2018		
	Valor contábil	Cenário SELIC 6,75%	Cenário SELIC 8,44%	Cenário SELIC 10,13%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 5)	419.022	447.306	454.387	461.469
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	310.591	331.556	336.805	342.054
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 12)	369.010	393.918	400.154	406.391
	1.098.623	1.172.780	1.191.346	1.209.914
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 16)	(3.178.548)	(3.393.100)	(3.446.817)	(3.500.535)
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 12)	(414.800)	(442.799)	(449.809)	(456.819)
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT - SELIC - (nota 15)	(282.876)	(301.970)	(306.751)	(311.531)
	(3.876.224)	(4.137.869)	(4.203.377)	(4.268.885)
Passivo líquido exposto	(2.777.601)	(2.965.089)	(3.012.031)	(3.058.971)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(187.488)	(234.430)	(281.370)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2017	2016
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (*)	110.832	128.071
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 16)	(2.457.344)	(2.627.239)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 18)	(522.001)	(570.184)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 18)	(205.244)	-
	(3.184.589)	(3.197.423)
Passivo líquido exposto	(3.073.757)	(3.069.352)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, o IPCA será de 4,28%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	31/12/2017	31 de dezembro de 2018		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,28%	Cenário IPCA 5,35%	Cenário IPCA 6,42%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura – IPCA (*)	110.832	115.576	116.762	117.947
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 16)	(2.457.344)	(2.562.518)	(2.588.812)	(2.615.105)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA (nota 18)	(522.001)	(544.343)	(549.928)	(555.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 18)	(205.244)	(214.028)	(216.225)	(218.421)
	<u>(3.184.589)</u>	<u>(3.320.889)</u>	<u>(3.354.965)</u>	<u>(3.389.039)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(3.073.757)</u>	<u>(3.205.313)</u>	<u>(3.238.203)</u>	<u>(3.271.092)</u>
Efeito líquido da variação do IPCA		<u>(131.556)</u>	<u>(164.446)</u>	<u>(197.335)</u>

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$106.704 e prejuízo líquido de R\$117.313. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, totalizaram R\$593.787 e R\$5.088.904, respectivamente e a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$115.689.

A Cemig estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e o refinanciamento de parcela de sua dívida sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com o plano de regularização de créditos tributários, dívida pactuada com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25.068	608.061	238.497	6.024.125	1.364.737	8.260.488
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	94.544	192.852	-	-	-	287.396
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	8.094	16.262	74.202	439.532	187.961	726.051
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	1.835	3.687	16.893	100.039	289.509	411.963
	129.541	820.862	329.592	6.563.696	1.842.207	9.685.898
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.499.661	129.435	26.286	-	-	1.655.382
	1.629.202	950.297	355.878	6.563.696	1.842.207	11.341.280

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via "SMS", cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2017, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$476.783

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da

Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições

involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

b) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2017	2016
Total do passivo	13.910.318	13.931.950
Caixa e equivalentes de caixa	(520.887)	(426.074)
Fundos vinculados	(86)	(89)
Passivo líquido	13.389.345	13.505.787
Total do patrimônio líquido	3.737.310	2.499.867
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	3,58	5,40

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo e classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/12/2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado ativo preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo título patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósitos bancários	874	-	874	-
Letras financeiras – bancos	80.833	-	80.833	-
Letras financeiras do tesouro	206.246	206.246	-	-
Debêntures	8.303	-	8.303	-
	296.256	206.246	90.010	-
Disponíveis para venda				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura	369.762	-	-	369.762
	666.018	206.246	90.010	369.762

	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósitos bancários	10.440	-	10.440	-
Letras financeiras – bancos	230.661	-	230.661	-
Letras financeiras do tesouro	61.463	61.463	-	-
Debêntures	23.162	-	23.162	-
	325.726	61.463	264.263	-
Disponíveis para venda				
Ativos financeiros da concessão Relacionados à infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	541.833	61.463	264.263	216.107

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2017 a 28/04/2018	US\$ 3.613 US\$ 14.000	US\$ 42
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2017 a 01/10/2018	R\$ 84.169	R\$ 120
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2018 a 07/01/2018	R\$ 1.003.221	R\$ 217
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2018 a 07/01/2018	R\$ 17.208	R\$ 7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2017 a 06/12/2018	R\$ 471.265	R\$ 633

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$214.035 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

28. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.277.725	1.331.937	1.366.963	1.339.240	1.326.075	22.136.382	28.778.322
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	226.825	231.921	236.130	219.593	206.384	7.730.651	8.851.504
Compra de Energia - Leilão	2.837.406	2.815.256	3.178.145	3.724.275	3.898.017	80.806.550	97.259.649
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	296.055	306.703	323.064	338.296	356.022	1.053.297	2.673.437
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	264.268	271.632	290.767	297.289	311.101	11.888.660	13.323.717
Cotas de Garantias Físicas	546.013	559.369	586.461	611.267	639.544	24.441.235	27.383.889
Arrendamentos Operacionais	73.166	61.818	51.133	53.888	57.213	60.817	358.035
	5.521.458	5.578.636	6.032.663	6.583.848	6.794.356	148.117.592	178.628.553

29. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 23 de maio de 2017, a ANEEL aprovou o resultado do reajuste tarifário anual da Companhia cujo resultado representa um reajuste tarifário médio de 10,66% negativos, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2017, até 27 de maio de 2018.

O efeito médio de 10,66% negativos decorre:

- do reajuste dos itens de custos de parcela A e B, contribuindo para o efeito médio em 1,29%;
- da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, levando a uma redução de 4,68%; e
- da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento, os quais contribuíram para uma redução tarifária de 7,28%.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$68.528 em 2017 (R\$137.571 em 2016);
- compensação de CDE: compensação entre os valores a pagar e a receber no montante de R\$1.238.662 em 2017 (R\$1.099.117 em 2016).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 terá o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente Interina e
Cumulativamente

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretoria Sem Denominação
Específica

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de Tecnologia da Informação (“TI”)

Tendo em vista o elevado volume de transações e pelo fato das operações da Companhia serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e de seus sistemas, somados às complexidades inerentes à natureza dos seus negócios, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos (gestão de acessos), gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Administração da Companhia, assim como verificamos a existência de segregação de funções. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Envolvemos nossos profissionais de tecnologia na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas, incluindo aquelas mencionadas nos assuntos apresentados nos tópicos a seguir.

Reconhecimento da receita

Conforme mencionado na nota 21 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia em 2017 no montante de R\$ 16.442.514 mil decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. Os saldos de contas a receber relativos ao fornecimento faturado e não faturado montam R\$ 2.351.860 mil e R\$ 703.121 mil em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, e estão divulgados na nota 7 às demonstrações financeiras.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas tanto ao processo de faturamento, o qual é altamente dependente de sistemas informatizados, quanto de estimativa da receita de fornecimento não faturado, a qual leva em consideração dados históricos, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia, inputs manuais, além de julgamento por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada no correto período de competência.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (ii) envolvimento de especialistas em sistemas para realização de procedimentos de auditoria suportados por ferramentas computadorizadas; (iii) inspeção física de documentação suporte para uma amostra de lançamentos contábeis de receita; (iv) recálculo da receita não faturada, incluindo a análise da documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; e (v) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 21, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura e ativo financeiro da concessão

Conforme divulgado nas notas 12 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado ativo financeiro e intangível da concessão nos montantes de R\$ 369.762 mil e R\$ 9.336.486 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser

cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$ 1.044.682 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não será completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12 e 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Obrigações pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor totalizam R\$ 2.822.153 mil.

Avaliamos tal área como significativa devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade e taxas de desconto. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 18 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as obrigações pós emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas associados ao reconhecimento destas obrigações, a identificação das obrigações existentes, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 11 de abril de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e com parágrafo de ênfase sobre a rerepresentação dos valores correspondentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a realizarem-se, cumulativamente, em 2018.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Edson Moura Soares
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
Manuel Jeremias Leite Caldas
Rodrigo de Mesquita Pereira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 782ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 28-03-2018, aprovamos a conclusão, em 28-03-2018, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2017; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

- aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, interina e cumulativamente,
Diretor Vice-Presidente
Daniel Faria Costa - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Dimas Costa - Diretor Comercial
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor sem denominação específica
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos
Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor de Distribuição e Comercialização, interinamente; e
temporária e cumulativamente, Diretor Jurídico
Thiago de Azevedo Camargo - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 782ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 28-03-2018, aprovamos a conclusão, em 28-03-2018, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2017; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

- aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, interina e cumulativamente,
Diretor Vice-Presidente
- Daniel Faria Costa - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
 - Dimas Costa - Diretor Comercial
 - Franklin Moreira Gonçalves - Diretor sem denominação específica
 - José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial
 - Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos
 - Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
 - Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor de Distribuição e Comercialização, interinamente; e, temporária e cumulativamente, Diretor Jurídico
 - Thiago de Azevedo Camargo - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.